

## Quem disse ?

«Foram ultrapassados todos os limites na televisão portuguesa»

**Arons de Carvalho**  
26 de Maio, Tomar



## Moção de Censura

### Guterres exorciza fantasma do PREC

O primeiro-ministro desmontou e derrotou, no dia 30, no Parlamento, mais uma tentativa de desestabilização política que, desta vez, deu pelo nome de Moção de Censura e foi apadrinhada por bloquistas e comunistas.

Guterres afirmou que o teor da moção Bloco de Esquerda (BE) ao Governo faz lembrar a concepção de alguns dos protagonistas do PREC (Processo Revolucionário em Curso) de 1975, não hesitando em acusar o BE de apenas pretender competir com o PCP no quadro parlamentar e de beneficiarem a direita.

«Esta moção de censura faz recordar, embora com o polimento de mais de duas décadas de democracia, a concepção bem enraizada em alguns protagonistas do PREC», segundo a qual «tudo o que não fosse revolucionário era da reacção e os piores de todos os reaccionários eram os socialistas porque pareciam não o ser», acentuou o chefe do Executivo.

Para António Guterres, a moção de censura do Bloco de Esquerda baseou-se «num equívoco e numa contradição». Numa contradição porque «ora quer ora não quer derrubar o Governo». Baseia-se num equívoco porque a moção «parte do princípio dogmático de que o socialismo democrático não se distingue da direita e, por isso, não tem verdadeiramente o direito de governar em vez dela».

Depois de contrariar a pretensão monopolista do BE de se declarar a única esquerda em Portugal, Guterres aproveitou para reiterar que o Governo e o PS «querem estabilidade» e consideram que a abertura de uma crise política «seria gravemente inconveniente para o bem estar das pessoas, para a economia e para o emprego», apelando, finalmente, à rejeição da moção bloquista.

## VISITA DE TRABALHO AO ALGARVE

# GUTERRES DESAFIA AUTARCAS A MELHORAR ORDENAMENTO DE TERRITÓRIO



O primeiro-ministro, António Guterres, que se deslocou nos dias 25 e 26 ao Algarve, levou na agenda uma série de projectos de desenvolvimento nas mais diversas áreas. Oportunidade ainda para ouvir os autarcas locais, forças vivas e população em geral. António Guterres, na sua visita de trabalho aos concelhos de Faro, Loulé, Silves, Lagoa e Monchique, esteve acompanhado por sete ministros e três secretários de Estado.

## Política

### Sampaio no Canadá O estreitar dos laços



O Presidente da República foi recebido pelas diversas comunidades portuguesas residentes no Canadá com enfáticas demonstrações de carinho e empatia, materializadas em ritmos folclóricos, fado, prantos, palmas e muita agitação. A mensagem levada por Jorge Sampaio passou pelo incentivo à aprendizagem da língua portuguesa por parte dos luso-canadianos, pela solidificação de uma imagem moderna do Portugal de todas as «saudades», pelo apelo à união e participação na economia e na vida política portuguesas.

## Governo

### Justiça Combate ao crime ganha novo fôlego



Alargar a margem de manobra da investigação criminal, combater eficazmente o tráfico de armas, bem como o crime além-fronteiras e conseguir uma maior responsabilidade das autoridades policiais são algumas das metas traçadas para o panorama da justiça nacional e internacional, em foco na passada reunião de Conselho de Ministros.



## Promoção da inclusão

O Governo apresentou esta semana, no Porto, o Plano Nacional de Acção para a Inclusão. O ministro Paulo Pedroso, responsável pelo Plano, considera que ele se destina fundamentalmente aos 20 por cento da população que estão na base inferior da pirâmide social em Portugal.

Segundo o ministro do Trabalho e da Solidariedade, o Plano Nacional de Acção para a Inclusão, que integra um conjunto de instrumentos de luta contra a pobreza e exclusão, irá implicar um esforço de todo o Governo durante três anos, para a promoção da inclusão.

Este novo documento, que irá a Conselho de Ministros até fim de Junho, será gerido pelo próprio Ministério do Trabalho e Solidariedade e inclui a intervenção de vários ministérios, nomeadamente os da Economia e Saúde, desenvolvendo-se essencialmente em parcerias. Ainda sem orçamento definido, o Plano Nacional de Acção para a Inclusão pretende ser mais uma peça num «puzzle» para a promoção da inclusão. Se o Rendimento Mínimo Garantido tem por objectivo reduzir a severidade da pobreza, fazer com que ninguém viva abaixo de um determinado nível, a verdade é que acima desse nível continua a haver pobreza e exclusão.

Por isso, este plano, que irá abranger cerca de dois milhões de portugueses, passará pela medição das zonas de intervenção, definição dos objectivos temporizados e contratualização com entidades para que elas trabalhem para esses objectivos. Neste contexto, as autarquias e as múltiplas instituições de solidariedade social desempenham um papel de relevo para o seu sucesso.

Segundo o ministro Paulo Pedroso, no plano vai haver um número determinado de contratos-programa com a perspectiva de serem contratos de desenvolvimento social urbano, tendo em consideração que em bairros diferentes haverá estratégias diferentes.

Efectivamente o que se pretende é que no fim dos contratos haja menos pobreza, menos desigualdade, menos marginalidade e mais coesão, cumprindo-se assim mais um dos desígnios do Governo Socialista nesta matéria.

Este esforço conjunto irá permitir que se inverta a tendência de que os bairros sociais sejam indutores de pobreza e marginalização. Esta é, aliás, das primeiras prioridades na luta contra a pobreza nos próximos anos. Um trabalho que requer um forte empenho das autarquias e das Instituições de Solidariedade Social.

Para o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Paulo Pedroso, este novo projecto governamental não colide com o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), uma vez que abrangerá situações globais de risco de exclusão. O RMG é uma peça fundamental no combate à exclusão social, mas que tem que se encaixar num «puzzle» de instrumentos que visam trabalhar outras dimensões da exclusão e, desejavelmente, também reduzi-lo.



## SOARES INDIGITADO PRIMEIRO-MINISTRO

A notícia da indigitação de Mário Soares como primeiro-ministro pelo Presidente da República, Ramalho Eanes, era, obviamente, o grande destaque da edição de 2 de Julho de 1983 do órgão oficial do PS.

Após a audiência como chefe de Estado no Palácio de Belém, o camarada Mário Soares afirmava aos jornalistas que procuraria formar Governo o mais depressa possível e pedia solidariedade aos portugueses.

O «Acção Socialista» fazia ainda alusão a uma entrevista de Mário Soares à revista francesa «Paris-Match», na qual o líder do PS dava grande relevo à crise económica que Portugal atravessava, defendendo que para a superar era necessário uma política de recuperação financeira, no âmbito da qual propunha um plano de austeridade com uma duração de 18 a 24 meses, o que veio realmente a verificar-se com graves prejuízos eleitorais para o PS.

Depois de superada a crise, em 1985 chega ao Governo Cavaco Silva para beneficiar de uma favorável conjuntura económica e de torrentes de fundos comunitários. Ou seja,

veio colher os frutos de uma política de rigor dos governos socialistas. **J. C. C. B.**

2 de Julho

Quem disse?

«Democracia é convívio entre órgãos de soberania»

Raul Rego



## Autárquicas 2001

### Carlos Cruz mandatário de João Soares

O popular apresentador Carlos Cruz é o mandatário de João Soares na corrida à Câmara Municipal de Lisboa. Carlos Cruz vai ser o mestre de cerimónias

da apresentação da candidatura, agendada para o dia 21 de Junho, que decorrerá sob a pala concebida por Siza Vieira para o Pavilhão de Portugal na Expo-98.

## Almada

### Torre biónica? Não, obrigado

O ministro do Ambiente, José Sócrates, reafirmou a sua oposição ao megaprojecto de uma torre biónica de 500 metros em Almada, numa carta enviada ao presidente da Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário.

«Projectos de torres com uma população estimada em 40 mil pessoas e cuja assembleia de condóminos, a existir, só poderia caber num estádio de futebol, merecerão certamente a minha oposição», refere Sócrates na missiva.



## Educação

### Portugal contesta critérios e índices de Bruxelas

O Governo contestou, na passada terça-feira, os índices de escolaridade apresentados pela Comissão Europeia que colocam Portugal em último lugar entre os Quinze ao nível da qualificação e na primeira posição no que se refere à taxa de abandono escolar.

O Executivo português entende que os critérios da Comissão Europeia «não podem continuar a ser os da comparação estatística, que prejudicam países como Portugal, que partiram de trás».

O ministro da Presidência afirmou que o modo como foram apresentados os índices estatísticos sobre a evolução da educação em Portugal e na União Europeia «só prova a razão do Governo» na contestação aos critérios seguidos.

Para o ministro, «Portugal é o país que melhor tem evoluído em todos os níveis de ensino e o abandono escolar está a diminuir drasticamente», bastando para tal verificar



que «todos os jovens com 15 anos e 80 por cento com 17 anos estão na escola, o que acontece pela primeira na história educativa do País».

## Cascais

### Carlos Carranca recebe Medalha de Mérito Cultural

O camarada Carlos Carranca, poeta, «diseur» e cantor, responsável pela coluna do nosso jornal «O poema da semana», vai receber no próximo dia 7 de Junho a Medalha de Mérito Cultural, que lhe foi atribuída pela Câmara Municipal de Cascais, numa cerimónia que decorrerá no Centro Cultural de Cascais, às 16 horas.

De salientar que o galardão foi atribuído por unanimidade por todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal de Cascais.



## GUTERRES DESAFIA AUTARCAS A MELHORAR O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O primeiro-ministro, António Guterres, que se deslocou nos dias 25 e 26 ao Algarve, levou na agenda uma série de projectos de desenvolvimento nas mais diversas áreas. Oportunidade ainda para ouvir os autarcas locais, forças vivas e população em geral. António Guterres, na sua visita de trabalho aos concelhos de Faro, Loulé, Silves, Lagoa e Monchique, esteve acompanhado por sete ministros e três secretários de Estado.

O primeiro-ministro, António Guterres, desafiou no dia 26, em Monchique, no segundo dia da sua visita ao Algarve, os autarcas algarvios a fazerem a síntese harmoniosa entre o desenvolvimento turístico, o património natural e cultural com o ordenamento do território.

Guterres falava no final da cerimónia da inauguração das obras de requalificação e renovação urbana das Caldas de Monchique, que inclui o complexo termal de Monchique, iniciativa da Fundação Oriente, proprietária da água mineral, da estância termal e da área turístico-hoteleira. Segundo António Guterres, os autarcas algarvios podem contar com o Governo como parceiro «naquilo que parece ser a nova fase que o Algarve tem de enfrentar e que a revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) de alguma forma deverá simbolizar».

«Uma fase em que se casem as perspectivas de desenvolvimento turístico, indispensáveis para a região algarvia, com a valorização do património natural e cultural, e com um ordenamento do território verdadeiramente digno de um país europeu moderno», sublinhou.

Para o chefe do Governo, a «palavra é qualidade. Só apostando todos – privados, autarquias e Estado –, em todas as valências poderemos resolver esta equação complexa, garantindo desenvolvimento, bem estar e ao mesmo tempo preservar um património natural e cultural e simultaneamente assegurar o ordenamento deste território de uma forma adequada às necessidades do País», disse.

Manifestando a sua satisfação pelas obras de renovação do complexo termal das Caldas de Monchique, o primeiro-ministro considerou que estas correspondem a um «casamento perfeito entre o desenvolvimento turístico da região, a política de promoção da saúde numa das suas vertentes, o termalismo, os valores da conservação do património histórico e dos valores naturais e ambientais da serra algarvia».

O facto de o investimento deste tipo se



realizar nas Caldas de Monchique, em plena serra algarvia, constitui para António Guterres um factor de correcção de assimetrias e de coesão territorial, numa região como o Algarve, que «tem um litoral extremamente desenvolvido e uma serra que é uma das zonas mais isoladas e deprimidas do País».

Representando um investimento superior a 2 milhões de contos na recuperação de toda a estância termal, redimensionamento do espaço e integração de novos sistemas e equipamentos, as Caldas de Monchique apresentam-se agora adaptadas e modernizadas, constituindo uma aposta do concelho no sector turístico.

### Projecto do Arade

Em Silves, o primeiro-ministro, António Guterres, asseverou que o projecto de navegabilidade do rio Arade é um projecto estruturante para a região algarvia, não apenas para o turismo e economia, mas da identidade nacional.

Guterres falava no final da assinatura dos acordos do projecto de Requalificação da Bacia do Arade, no âmbito do programa PITER – Projecto Integrado Turístico Estruturante de Base Regional, após presidir à apresentação do Programa de Acolhimento e Inserção Socioprofissional de Emigrantes «Portugal Acolhe».

«O projecto de Requalificação da Bacia do Arade não é apenas económico e de valorização turística, insere-se numa perspectiva de procura de elementos inspiradores essenciais da nossa própria identidade», disse António Guterres, recordando que a presença muçulmana em Portugal é uma componente da identidade nacional.

Depois de referir que a cidade de Silves foi

a capital da presença muçulmana no «Al-Garbe» e o rio Arade um dos maiores portos da Península Ibérica, o primeiro-ministro sublinhou que os projectos relacionados com a navegabilidade do rio não podem ser olhados como os outros. Por sua vez, o secretário de Estado do Turismo, Victor Neto, sublinhou o facto de o projecto de navegabilidade do rio Arade, entre Silves e Portimão, ligar a serra e o interior ao litoral algarvio, contribuindo para o desenvolvimento futuro da região.

Admitindo tratar-se de um processo irreversível, Victor Neto afirmou que está já a concurso público o estudo de navegabilidade do rio Arade, o governante, sublinhou que está já em preparação o segundo PITER para o Arade.

De acordo com o governante, o programa PITER acolheu a nível nacional 30 candidaturas, 17 das quais foram consideradas de efeito estruturante, representando um investimento total superior a 100 milhões de contos, mais de 60 milhões dos quais são investimento privado e o restante de investimento público. O programa caracteriza-se por englobar projectos de efeito estruturante à escala regional, através da criação de oferta turística que incremente o desenvolvimento económico regional em territórios com vocação turística próprias.

A zona de intervenção do programa PITER – Requalificação do Rio Arade, tem por base a bacia do Arade que se estende por quatro concelhos envolvidos na candidatura, Silves, Lagoa, Portimão e Monchique, contando com um investimento de cerca de nove milhões de contos, dos quais 5,5 milhões são investimento privado e o restante público. Entretanto, Victor Neto revelou que no âmbito do Plano Operacional de Economia,

existem para o Algarve 190 candidaturas, que representam uma intenção de investimento na ordem dos 33 milhões de contos, 30 das quais são projectos de alta qualidade, construção de unidades hoteleiras de quatro e cinco estrelas, de animação.

No dia 25, primeiro dia da sua deslocação ao Algarve, o primeiro-ministro anunciou em Estói que Faro será a Capital Nacional da Cultura em 2004, depois de Coimbra, que terá aquele título durante o ano lectivo 2002/2003, coincidindo com o ano académico da cidade estudantil.

António Guterres falava durante uma visita que efectuou ao final do dia às ruínas romanas de Estói, concelho de Faro.

O chefe do Executivo, que se fez acompanhar do ministro da Cultura, José Sasportes, visitou o Centro de Acolhimento e Interpretação de Milreu, inaugurado à entrada das históricas ruínas no passado dia 9 de Abril.

A atribuição do título de Capital Nacional da Cultura à cidade algarvia visa festejar as realizações já efectuadas e as previstas para Faro, nomeadamente a nova Biblioteca Municipal inaugurada em Abril e o Teatro Lethes, reinaugurado há uma semana.

Até 2004 prevê-se a ampliação do Museu Municipal, a abertura do novo teatro municipal com capacidade para 800 pessoas e a entrada em acção da nova Orquestra Regional do Algarve, cujo concurso será aberto em breve.

Guterres visitou as obras da auto-estrada do Sul e da Via Longitudinal do Algarve, assistiu ao anúncio do programa «Verão Seguro» e inaugurou a extensão de Saúde Almancil.

Depois da visita a Estói, o primeiro-ministro esteve durante cerca de meia-hora na festa de encerramento do Festival Maio Jovem, em Faro, e participou num jantar privado com empresários algarvios, em São Brás de Alportel.

### Acessibilidades

No dia 25, de manhã, antes de chegar ao Algarve, a comitiva do primeiro-ministro visitou as obras em curso na auto-estrada do Sul (nó de Castro Verde), onde foi anunciada a abertura de dois novos troços daquela rodovia.

Ainda a nível das acessibilidades, mas já no Algarve, António Guterres visitou as obras de construção da Via do Infante, concretamente o troço de ligação Alcantarilha/Lagoa.

Da comitiva governamental fizeram parte os ministros da Administração Interna, Saúde, Cultura, Ambiente, Trabalho e Solidariedade, Economia e do Planeamento e os secretários de Estado das Obras Públicas, da Juventude e do Trabalho e Formação.

## O ESTREITAR DOS LAÇOS

**O Presidente da República foi recebido pelas diversas comunidades portuguesas residentes no Canadá com enfáticas demonstrações de carinho e empatia, materializadas em ritmos folclóricos, fado, prantos, palmas e muita agitação. A mensagem levada por Jorge Sampaio passou pelo incentivo à aprendizagem da língua portuguesa por parte dos luso-canadianos, pela solidificação de uma imagem moderna do Portugal de todas as «saudades», pelo apelo à união e participação na economia e na vida política portuguesas.**

**J**orge Sampaio, iniciou, no passado dia 25, a sua visita de Estado ao Canadá, onde ao longo de oito dias percorrerá seis cidades e manterá contactos com governantes locais e comunidades portuguesas.

Estreitar as relações político-económicas entre os dois países, valorizar as comunidades de emigrantes e mostrar o «Portugal novo e moderno, com uma economia em marcada profusão, membro da União Europeia e perfeitamente inserido e respeitado na sociedade internacional», são alguns dos objectivos que Sampaio levou na bagagem nesta viagem, que termina no sábado.

Um almoço com o ministro Federal das Pescas e Oceanos, Herb Dhaliwal, marcou o início do périplo do chefe de Estado português pela cidade de Vancouver. Durante a tarde (madrugada de sábado passado em Lisboa), o Presidente da República e a sua comitiva seguiram para o Museu de Antropologia, terminando o dia com um encontro com a comunidade portuguesa.

Já em Winnipeg, Jorge Sampaio encontrou-se com o ministro da província e mais tarde com a comunidade de emigrantes locais, uma iniciativa, de resto, se tem mantido e se manterá ao longo da viagem em todas as cidades. Depois de Winnipeg, Sampaio e a comitiva deslocaram-se a Otava.

Nesta cidade, o Presidente foi recebido, no dia 28, pela Governadora geral – representante da rainha (de Inglaterra) no Canadá –, tendo igualmente mantido contactos com o primeiro-ministro e com membros da Câmara dos Comuns e do Senado.

À parte dos encontros de natureza política, Sampaio deverá participar em seminários de economia e em cerimónias de homenagem às comunidades portuguesas. A área das relações económicas bilaterais é a que tem «maior debilidade» nesta investida diplomática do Presidente, mas espera-se que tal condição seja pelo facto de Sampaio se fazer acompanhar na visita de uma importante delegação empresarial,



em que estão representados alguns dos maiores grupos económicos portugueses. A presença de Jorge Sampaio, bem como a do ministro da Economia, Mário Cristina de Sousa, permitirá desenvolver contactos iniciais e realizar dois seminários com empresários canadianos em Toronto e Montreal, em cujos resultados estão depositadas muitas esperanças. Antes de partir para a Terra Nova, onde participa, amanhã, numa homenagem a Gaspar Corte Real (que ali chegou há 500 anos), o chefe de Estado passa por Montreal e regressa a Lisboa a 2 de Junho.

### Crónica de uma visita anunciada

**25 de Maio – Vancouver:** Jorge Sampaio apelou aos emigrantes portugueses residentes nesta cidade canadiana para participarem mais na vida política portuguesa, desafiando-os a inscreverem-se nos consulados para poderem votar nas próximas eleições.

Aos jovens luso-canadianos, o chefe de Estado deixou também um apelo: «Precisamos que sejam cada vez mais presentes nas nossas associações, que dêem água à vossa identidade, mas também, porque o Canadá precisa do vosso contributo, que participem mais na vida política canadiana».

O Presidente da República agradeceu aos luso-canadianos o que «têm feito para manter bem vivo o espírito português», realçou que Portugal «tem muito orgulho» nos seus emigrantes e enalteceu o «esforço» daqueles que há mais de 50 anos rumaram ao Canadá em busca de uma vida melhor. Defendendo ser necessário que os luso-canadianos intervenham mais nas associações de inspiração portuguesa e na modernização do ensino da língua portuguesa, Sampaio deixou a promessa de que «é com certeza possível» que o Estado

dê também «mais e melhor» apoio.

**27 de Maio – Winnipeg:** Sampaio participou, domingo, na missa da paróquia da Imaculada Conceição desta cidade, reiterando o apelo à união da comunidade portuguesa.

Mais de 900 emigrantes e luso-canadianos (a comunidade portuguesa em Winnipeg está estimado em cerca de 25 mil pessoas) acorreram à igreja para poderem ver o Presidente da República e a mulher, Maria José Ritta, e assistir à missa celebrada pelo padre José Medeiros, também ele emigrante.

Falando no seu laicismo, o chefe de Estado explicou: «Um Presidente da República que é eleito por todos, agora também por emigrantes, deve ser sensível aos que manifestam a sua fé e, não a tendo, deve ser solidário com eles na forma como o fazem. Isso significa que há liberdade religiosa».

Antes, no púlpito do templo, Jorge Sampaio tinha feito uma curta intervenção, em que apelou à união entre os emigrantes portugueses no Canadá, para que «se sintam mais fortes» e possam ser «cada vez mais» uma «força de paz e de solidariedade».

O Presidente aconselhou ainda os mais jovens luso-canadianos a usarem a dupla nacionalidade como uma «grande força social e política», incentivando-os a participarem mais na vida política canadiana.

**29 de Maio – Otava:** O Presidente da República defendeu, terça-feira, que o sistema de defesa anti-míssil que os EUA querem construir deve ser previamente objecto de amplas e aprofundadas consultas na NATO, Rússia e China. Jorge Sampaio frisou que, «na era nuclear», a segurança é uma matéria que «não pode

resultar de medidas unilaterais», mas antes de uma «abordagem cooperativa e geradora de confiança», uma afirmação que encerra uma certa crítica à actuação dos Estados Unidos.

Na óptica do chefe de Estado português, o projecto pensado pelos EUA é de «tão grande alcance» – porque representa uma «mudança radical nos conceitos em que tem assentado a estabilidade estratégica na relação entre as principais potências nucleares» – que interessa a «todos os membros da Aliança Atlântica».

Deve por isso, defendeu, ser objecto de «amplas e aprofundadas» consultas, que «devem abranger a Rússia e a China». Sampaio, que discursava no início de um jantar com o primeiro-ministro do Canadá, Jean Chrétien, fez ainda outra crítica implícita aos EUA, ao afirmar que o protocolo de Quioto – que os norte-americanos se recusam a ratificar – «continua a ser o único instrumento disponível» para uma actuação internacional concertada para atacar o problema do aquecimento central.

«... É com base nele que devemos continuar a trabalhar», sustentou, garantindo que a União Europeia «continua empenhada» em ratificá-lo.

Sampaio lembrou também a importância das parcerias multilaterais como instrumentos para travar a miséria, a doença, a intolerância e a guerra, para prevenir a proliferação de armas de destruição maciça, promover o controlo do armamento e evitar a degradação do ambiente.

**30 de Maio – Toronto:** Jorge Sampaio foi recebido apoteoticamente pela comunidade portuguesa residente em Toronto.

A euforia dos emigrantes chegou de novo ao auge quando o Presidente da República decidiu chegar-se junto ao microfone para cantar com a comunidade portuguesa o hino de Portugal.

O conteúdo do discurso de Sampaio reiterou ideias já lançadas noutras cidades canadianas: a língua portuguesa «não é passado, não é saudade, não é recordação», é sim uma «qualificação» para os luso-canadianos enfrentarem o futuro, e que deve ser possível continuar a aprender português nas escolas canadianas».

Diferente foi a forma emotiva com que o Presidente da República falou à comunidade portuguesa de Toronto, a maior de todo o Canadá, estimada em cerca de 200 mil pessoas.

«Se não pudessemos rir, estaríamos a chorar abraçados uns aos outros, é isto que vocês deram aos nossos corações», afirmou Jorge Sampaio, numa noite (madrugada de ontem em Lisboa) em que a euforia, a animação e o espírito português de festa foram o prato forte.

Perante o frenesim das bandeiras, das salvas de palmas e dos gritos de apoio, o Presidente da República acabou o seu discurso a pedir: «E agora podemos chorar em conjunto».

## COMBATE AO CRIME GANHA NOVO FÔLEGO

**Alargar a margem de manobra da investigação criminal, combater eficazmente o tráfico de armas, bem como o crime além-fronteiras e conseguir uma maior responsabilidade das autoridades policiais são algumas das metas traçadas para o panorama da justiça nacional e internacional, em foco na passada reunião de Conselho de Ministros.**

O Governo deu luz verde, no dia 24, ao regime jurídico das acções encobertas para fins de prevenção e investigação criminal.

As actuações encobertas consistem, essencialmente, na possibilidade de agentes da polícia criminal poderem contactar os suspeitos da prática de um crime com ocultação da sua verdadeira identidade (normalmente designados por agentes encobertos ou agentes infiltrados), actuando de maneira a impedir a prática de crimes ou a reunir provas que permitam a efectiva condenação dos criminosos.

O regime agora proposto, importantíssimo na investigação da criminalidade mais grave, apresenta como medidas mais relevantes o alargamento do elenco dos crimes em cuja investigação se pode recorrer a actuações encobertas; o controlo jurisdicional das investigações encobertas – sujeitas aos princípios da necessidade e proporcionalidade – com necessidade de autorização de magistrado, e controlo jurisdicional *a posteriori* dessa mesma actuação e da prova obtida.

A proposta de lei que mereceu o voto favorável da equipa governamental do camarada António Guterres inclui, igualmente, regras de protecção do agente no que toca aos meios pelos quais a prova



assim produzida é apresentada no processo a criação de um regime de identidade fictícia; e um regime de isenção da responsabilidade criminal dos agentes da polícia criminal por factos típicos praticados no decurso da investigação encoberta.

Também na passada reunião de Conselho de Ministros, o Executivo socialista decidiu alterar o regime penal do tráfico e detenção de armas.

Esta proposta de alteração visa reforçar o combate ao tráfico de armamento e ao uso e porte de armas proibidas ou não licenciadas.

As medidas propostas são o aumento da pena aplicável a quem detenha ou trafique, nomeadamente, armas de guerra ou armas proibidas de fogo (o que permite que se possa aplicar a prisão preventiva) e a

punição criminal da detenção ilegal de armas de caça e da cedência de armas a quem não esteja legalmente autorizado a possuí-las.

### Frente europeia

A quinta-feira foi também altura para aprovar – aguardando ratificação, a convenção relativa ao auxílio judiciário em matéria penal entre os Estados-membros da União Europeia (UE), assinada em Bruxelas a 29 de Maio de 2000.

Segundo o Governo socialista, o acordo, oficializado durante a Presidência Portuguesa da UE, é «um instrumento que vem reforçar a cooperação judiciária no âmbito da União Europeia, no domínio penal, não só através do aperfeiçoamento de mecanismos tradicionais de

cooperação, como também com a consagração de modernas técnicas de investigação criminal no domínio da cooperação, como o sejam a constituição de equipas de investigação conjuntas, intercepções de telecomunicações, investigações encobertas ou entregas vigiadas, valiosos métodos de combate à criminalidade organizada transfronteiriça». A proposta prevê a alteração da lei da cooperação judiciária internacional em matéria penal foi outra iniciativa que mereceu o aval do Executivo do PS.

Este diploma pretende consubstanciar um aperfeiçoamento no regime de cooperação judiciária internacional em matéria penal, atendendo nomeadamente às novidades a ser introduzidas, no âmbito da cooperação no espaço da União Europeia, pela convenção relativa ao auxílio judiciário mútuo em matéria penal.

No domínio da investigação criminal, estabelece-se a possibilidade de formação de equipas de investigação conjuntas e o funcionamento de entregas controladas de uma forma mais ampla que até agora, meios considerados eficazes no combate à criminalidade grave, de dimensão transfronteiriça.

Por último, o Conselho de Ministros aprovou alterações à Lei Orgânica da Polícia Judiciária.

A equipa chefiada por António Guterres quer uma maior responsabilização das autoridades de polícia criminal no quadro dos processos cuja investigação lhes tenha sido confiada. Trata-se de reforçar as condições de eficiência das investigações. As autoridades de polícia criminal da Polícia Judiciária vêem alargado o âmbito em que podem ordenar perícias, buscas, revistas, apreensões e detenções, no âmbito de uma delegação genérica de autoridade judiciária.

## PORTUGAL E GABÃO HARMONIZAM INTERESSES ESTRATÉGICOS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 24, um decreto que estabelece o acordo-quadro de cooperação entre Portugal e o Gabão, assinado em Lisboa em 10 de Janeiro de 2001.

Este acordo tem por objectivo desenvolver a cooperação entre as partes através da concretização de um largo conjunto de actividades nos domínios cultural, científico, técnico, económico e comercial, em ordem

a um maior desenvolvimento económico-social dos dois países e a um reforço acrescido dos laços de amizade que unem o povo português e o povo gabonês.

Portugal e o Gabão comprometem-se a desenvolver e reforçar os laços de cooperação, tanto em áreas a acordar posteriormente, quanto nos seguintes domínios contemplados por este acordo-quadro:

- Intercâmbio cultural, desportivo, científico,

técnico e comercial;

- Estudo e realização de projectos de desenvolvimento económico e social;

- Assistência relativamente ao enquadramento técnico e execução de projectos de desenvolvimento na luta contra a pobreza;

- Criação de empresas mistas industriais e comerciais (PME);

- Formação técnica e profissional;

- Intercâmbio de missões de estudo e

organização de seminários de aperfeiçoamento em benefício das ONG nacionais que actuam na luta contra a pobreza;

- Intercâmbio de informação e de documentação;

- Cooperação no domínio das pescas e da investigação oceanográfica;

- Cooperação no domínio da agricultura;

- Participação em feiras e exposições nacionais organizadas por cada uma das Partes Contratantes.

## AMBIENTE

**Sócrates propõe pacto parassocial para gestão de águas**

O ministro do Ambiente desmentiu, no dia 26, que haja qualquer tentativa de governamentalizar os sistemas de gestão e tratamento de águas e resíduos sólidos através das empresas multimunicipais criadas para o efeito.

Falando em Faro, durante a cerimónia de atribuição à empresa Águas do Algarve da gestão do tratamento das águas residuais da região, José Sócrates desmentiu categoricamente que o Governo se esteje a servir das empresas do grupo Águas de Portugal para retirar às câmaras capacidade de iniciativa e gestão.

No caso do Algarve, sublinhou que os 51 por cento do capital da empresa pública Águas do Algarve detidos pela Águas de Portugal se devem à necessidade de atribuir a maioria do capital a quem é responsável pela gestão dos sistemas.

Mas numa demonstração de que a primazia pertence aos 16 municípios do Algarve, propôs um «pacto parassocial» que determine que a gestão da empresa regional algarvia passe para as câmaras em 2006, quando estiver concluída a implementação das infra-estruturas.

«Daqui a cinco anos, se estiverem insatisfeitos com a gestão, os senhores presidentes de Câmara podem comprar os 51 por cento, ficar com a propriedade da empresa e vendê-la, privatizá-la, fazer o que quiserem», assegurou.

Respondendo a críticas vindas a lume nos últimos dias, acentuou que a atribuição de competências em matéria de gestão de águas e resíduos sólidos a uma empresa não corresponde a qualquer tentativa de nacionalizar, nem privatizar o sector.



## COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Movimentação pública por uma TV com qualidade**

O secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, disse que foram «ultrapassados todos os limites na televisão portuguesa».

O governante referia-se, sábado, dia 26, em Tomar, à «transmissão de um conjunto de programas que – disse – não preservam a liberdade de informação, nem defendem a vida privada e familiar, tudo em nome da luta pelas audiências e conquista do lucro».

Em Tomar, onde participou na celebração do 10º aniversário da Associação das Rádios de Inspiração Cristã (ARIC), Arons de Carvalho disse ser necessário uma série de intervenções para «recuperar a dignidade da Comunicação Social».

«A primeira cabe à Alta Autoridade para a Comunicação Social, que – afirmou – acordou um pouco tarde, mas que finalmente decidiu intervir».

«Resta-nos esperar que actue de acordo com a Constituição e a Lei», reiterou o secretário de Estado, recordando que, «nesta matéria, o Governo não pode intervir, porque não faz parte das suas competências».

Arons de Carvalho considerou «importante que haja auto-regulação por parte das televisões. Em tempos, as estações fizeram um acordo sobre a transmissão de imagens violentas. Era bom que houvesse um esforço desses relativamente aos *reality-shows*. Mesmo que fosse apenas parcialmente coroado de êxito, já era importante».

O governante alertou também para a necessidade de «uma movimentação cívica a favor de uma televisão de qualidade», realçando o papel de «responsabilidade acrescida da RTP enquanto serviço público. Estou confiante que a RTP irá ultrapassar esta prova. Não pode ter a veleidade de acompanhar as televisões concorrentes e pode aproveitar a degradação da programação dos privados para crescer».

Jornais e rádios podem também «ter um papel regulador importante, não acompanhando essa degradação, servindo antes como moderadores fundamentais da dignidade que tem de ter a Comunicação Social», disse Arons de Carvalho.



## DESPORTO

**Lello considera «curioso» falar ainda de estádio municipal de Lisboa**

O ministro do Desporto classificou de «curioso» o facto de se continuar a falar num estádio único para Benfica e Sporting, quando os dois clubes trabalham para a construção dos seus próprios estádios.

«É curioso que, enquanto a questão do Estádio Municipal se continua a colocar na Imprensa, o novo Estádio de Alvalade já está em construção, segundo os projectos pré-estabelecidos, e no dia 28, os responsáveis pelo Benfica vão à Suíça apresentar à UEFA o cronograma financeiro e um projecto mais esmiuçado do novo Estádio da Luz», referiu Lello, na passada sexta-feira, em Viana do Castelo.

«No meio deste enquadramento, e porque não sou analista político e muito menos comentarista desportivo, só me debrucei sobre factos objectivos», acrescentou o governante, para se escusar a emitir a sua opinião pessoal acerca do projecto do estádio único.

No entanto, Lello garantiu que não bloqueará, «de modo algum», o processo, caso os clubes

promotores consigam a respectiva convalidação dos associados, da Câmara de Lisboa e da UEFA.

«Não posso interferir na vontade dos promotores privados, que têm autonomia e liberdade para fazerem as suas opções, e, portanto, se tudo estiver consolidado, eu não obstaculizarei, de modo algum, essas opções», garantiu.

José Lello falava à margem da cerimónia de entrega da medalha de bons serviços desportivos à Escola Desportiva de Viana, a mais ecléctica colectividade do Alto Minho, que comemora 25 anos de vida.

## ECONOMIA

**Investimento directo estrangeiro de qualidade**

O Governo vai exigir maior qualidade do investimento directo estrangeiro (IDE) em Portugal, sobretudo o que é apoiado pelo Estado, afirmou no dia 28, Vítor Santos, secretário de Estado adjunto do ministro da Economia.

Enquanto falava aos jornalistas na abertura da Exportar 2001 – Fórum de Apoio à Internacionalização, o governante sublinhou a necessidade de um investimento privado de maior qualidade, de uma posição pró-activa do ICEP na atracção de IDE de qualidade e estruturante e de uma aposta na exportação em mercados como o de Espanha.

Neste contexto, Vítor Santos adiantou que para o efeito muito tem contribuído o Programa Operacional de Economia (POE).

O POE em 2000 aprovou oito contratos de 50 milhões de contos, em 2001 já aprovou quatro contratos, embora estejam 22 em negociação, dos quais 12 serão negociados até final de Junho, com um investimento total que rondará os 180 milhões de contos.

«A produtividade é uma questão estrutural a ser corrigida através da promoção de exportações, do IDE e da aceleração do POE», frisou Vítor Santos.

O secretário de Estado sublinhou o facto estarem aprovados projectos no montante de 360 milhões de contos no sistema de incentivo às médias empresas, que representam quase metade dos 800 milhões de contos com que esta sistema está dotado.

«A nossa aposta é na produtividade e na capacidade competitiva dos projectos para que Portugal seja mais atractivo», reiterou.

## EDUCAÇÃO

**Ministro quer que todos os jovens façam o secundário**

O ministro da Educação, Augusto Santos Silva, quer que todos os jovens frequentem o ensino secundário, acabando com a actual situação, em que 50 mil adolescentes estão a trabalhar em vez de frequentarem a escola.

O objectivo é ambicioso, mas não irrealista, sendo necessário alargar o leque de opções, disse, no dia 25, o ministro, nas comemorações dos 150 anos do Liceu Nacional de Aveiro.

«Só é possível colocar mais gente na formação e educação secundária se aumentar a oferta e houver uma rede coerente com várias possibilidades de escolha», considerou.

Segundo os dados que referiu, na população juvenil entre os 16 e os 18 anos, 380 mil frequentam o secundário, mas cerca de 50 mil estão a trabalhar.

«A meta é que, num prazo relativamente curto, o percurso natural até à maioridade seja a educação, a formação e a escola», assumiu.

Os jovens que estão no mercado de trabalho vão ter períodos de formação, nos termos do acordo de concertação social sobre educação, formação e emprego, «em que as secundárias serão chamadas a colaborar».

Quanto aos que frequentam o sistema de ensino, há um desequilíbrio entre os cursos gerais e tecnológicos e artísticos, que, segundo Augusto Santos Silva, é preciso corrigir e aproximar dos exemplos europeus.

«Por cada aluno dos cursos tecnológicos, três vão para o ensino geral. Não queremos impedir ninguém de escolher o seu curso, mas diversificar e alargar o leque de escolhas, com o mesmo valor e igualdade de acesso ao ensino superior», garantiu o ministro.



## EQUIPAMENTO SOCIAL

**Protestos não impedirão aumento das portagens**

O ministro do Equipamento Social, Ferro Rodrigues, afirmou, no dia 25, que não teme protestos em consequência do aumento do preço das portagens na ponte 25 de Abril a partir de 1 de Janeiro de 2002.

Falando aos jornalistas no final da interpegação do CDS-PP sobre política de transportes, Ferro Rodrigues procurou sublinhar as diferenças existentes entre a realidade de 1994 e a actual.

«A decisão de aumentar as portagens em 1994 teve consequências graves do ponto de vista político e social», indicou.

De acordo com Ferro Rodrigues, de 1995 até hoje, «construiu-se a ponte Vasco da Gama, fez-se obras de ampliação na ponte 25 de Abril e também existe um comboio que não está a ser

ainda a ser explorado a 100 por cento da sua capacidade». Ainda segundo o ministro do Equipamento Social, «os preços previstos em 1995, tendo em vista o ano de 2002, eram bastante superiores» àqueles que irão vigorar a partir de Janeiro. Segundo o «Diário Económico», o preço das portagens vai aumentar para 200 escudos a partir de Janeiro na Ponte 25 de Abril e para 350 escudos na Ponte Vasco da Gama. Confrontado com os «buziões» no IC-19, Ferro Rodrigues disse compreender que «as pessoas estejam numa situação de impaciência». «Mas já estão em curso projectos bem reais para descongestionar o IC 19», respondeu.

**FINANÇAS**

**Fim da sisa e do imposto sucessório para 2002**

O ministro das Finanças reiterou, no dia 28, que a sisa e o imposto sucessório e de doações vão terminar em 2002, mas admitiu que parte da lei de tributação do património passará para a próxima sessão legislativa. As declarações de Pina Moura foram proferidas no final da reunião do Secretariado Nacional do PS. Justificando os atrasos na apresentação da lei de tributação do património, o ministro das Finanças sublinhou que houve «um deslizar na apreciação do Conselho de Ministros do documento durante o mês de Junho». «Durante o mês de Junho, o Conselho de Ministros terá um trabalho importante na reforma da despesa pública, na preparação do Orçamento de Estado para 2002», salientou. No que respeita à proposta de lei de revisão da contribuição autárquica, Pina Moura declarou que «o diploma vai carecer de um período mais largo de tempo e estará sujeito a mecanismos transitórios» na sua aplicação.



**SEGURANÇA SOCIAL**

**Tutela anuncia transferência de 60 milhões de contos**

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Paulo Pedroso, elogiou, no passado dia 28, a gestão do Fundo de Capitalização da Segurança Social e anunciou a transferência de mais 60 milhões de contos. Paulo Pedroso, que se deslocou ao Porto para assistir à apresentação do relatório de actividades do Instituto de Gestão dos Fundos de Capitalização da Segurança Social (IGFCS), afirmou que «a transferência de mais 60 milhões de contos» é um sinal do «empenhamento que temos na capitalização». «A gestão conseguiu uma rentabilidade de 4,1 por cento do dinheiro aplicado no fundo, o que o coloca entre os melhores produtos deste tipo existentes no mercado», sublinhou Pedroso. O Fundo de Estabilização Financeira (FEF) foi criado em 1989 com objectivo de ajudar à sustentabilidade do sistema de segurança social. Esta espécie de reserva do sistema é alimentada com a incorporação dos saldos positivos e das receitas da venda de património da própria segurança social. O objectivo do Governo é dotar o FEF de meios suficientes para o pagamento das obrigações da Segurança Social durante dois anos, o que representará cerca de 2,5 mil milhões de contos. A 31 de Dezembro de 2000, o fundo de capitalização da segurança social estava dotado de 616,5 milhões de contos.

**TURISMO**

**Portugal não tem capacidade ilimitada**

O secretário de estado do Turismo alertou, no dia 24, em Viseu, para a necessidade de apostar na qualidade do turismo em Portugal, em contraponto com a quantidade, por causa da incapacidade do País em receber mais turistas. Vítor Neto justificou o alerta exemplificando com números: «Se o número de turistas estrangeiros aumentasse 10 por cento ao ano, daqui a cinco anos Portugal teria mais de 19 milhões de turistas e os seus 92 mil quilómetros quadrados não têm capacidade para tanto». «Mas se estes números se verificassem, o problema seria maior porque eram as mesmas regiões que hoje recebem o grosso do turismo que continuariam a ser as preferidas», adiantou. Por esta razão, esclareceu Vítor Neto num encontro com intervenientes do sector na região de Viseu, «é que a qualidade da oferta turística deve estar no topo da lista das prioridades» para aqueles que estão ligados a esta área. Neste momento, Portugal recebe 12 milhões de turistas por ano, e mais de 16 milhões de espanhóis que visitam o País em excursões de menos de 24 horas. O governante adiantou que está a ser feito um «grande esforço» para proporcionar formação profissional para o sector do turismo, e salientou de entre várias medidas, os 45 milhões de contos que vão ser gastos nesta questão através de um protocolo entre o turismo e o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social.



**CONSELHO DE MINISTROS**

**Reunião de 24 de Maio**

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei relativa ao regime jurídico das acções encobertas para fins de prevenção e investigação criminal;
- Uma proposta de lei que altera o regime penal do tráfico e detenção de armas;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a convenção relativa ao auxílio judiciário em matéria penal entre os Estados-Membros da União Europeia, assinada em Bruxelas a 29 de Maio de 2000;
- Uma proposta de lei que altera a lei da cooperação judiciária internacional em matéria penal;
- Uma proposta de lei que altera a Lei Orgânica da Polícia Judiciária;
- Um decreto que aprova o acordo-quadro de cooperação entre a República Portuguesa e a República Gabonesa, assinado em Lisboa em 10 de Janeiro de 2001;
- Uma proposta de lei que altera a composição e competências da Comissão Nacional de Eleições;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a convenção entre a República Portuguesa e a República Helénica para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, assinada em Lisboa, em 2 de Dezembro de 1999;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o acordo interno entre os representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, relativo às medidas a adoptar e aos procedimentos a seguir para a execução do acordo de parceria ACP-CE, assinado em 18 de Setembro de 2000, em Bruxelas;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o acordo de parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, bem como os seus anexos, protocolo e acta final, assinado em Cotonou, no Benim, em 23 de Junho de 2000 (Acordo de Cotonou);
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o acordo interno entre os representantes dos governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, relativo ao financiamento e à gestão da ajuda concedida pela Comunidade no âmbito do protocolo financeiro do acordo de parceria entre os Estados de África, Caraíbas e do Pacífico, por um lado, e a Comunidade Europeia e os seus membros, por outro, assinado, em Cotonou, no Benim, em 23 de Junho de 2000, bem como a concessão de assistência financeira aos países e territórios ultramarinos aos quais se aplica a parte IV do Tratado CE;
- Um decreto-lei que transpõe para o direito interno as directivas comunitárias respeitantes à batata-semente e que estabelecem as normas para a produção, controlo, certificação e comercialização da mesma;
- Um decreto-lei que estabelece os procedimentos a observar na contratação de empreitadas, fornecimentos e prestações de serviços, nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações;
- Um decreto-lei que aprova a Orgânica do Ministério da Juventude e do Desporto;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica do Instituto de Formação Turística;
- Um diploma que altera os decretos-lei que aprovam a Lei Orgânica do Serviço Nacional de Bombeiros, o Regulamento Geral dos Corpos de Bombeiros, os Centros de Coordenação de Socorros e o Estatuto Social do Bombeiro, respectivamente;
- Uma resolução que atribui uma verba de 30 mil contos à Associação 25 de Abril, destinada a minorar os encargos financeiros decorrentes das obras de construção da respectiva sede social;
- Uma resolução que ratifica parcialmente o Plano de Urbanização de Almeirim, no município de Almeirim;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor da Videira Norte, no município de Mira;
- Uma resolução que ratifica parcialmente uma alteração ao Plano Director Municipal de Portel;
- Uma resolução que ratifica parcialmente o Plano de Urbanização de S. Cosme e Valbom, no município de Gondomar;
- Uma resolução que ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Ponte de Lima na área destinada à implantação do Pólo Industrial da Gemieira, pelo prazo de dois anos e o estabelecimento de medidas preventivas para a mesma área, por igual prazo;
- Uma resolução que exonera a seu pedido Luciano Vilhena Pereira e nomeia Artur Manuel da Silva Carvalho Borges, para o cargo de vice-governador civil do distrito do Porto.



DEPUTADO LUÍS PATRÃO

Programação militar

## MELHOR PLANEAMENTO E MODERNIZAÇÃO

O deputado do PS Luís Patrão afirmou no dia 17, no Parlamento, que se torna cada vez mais premente «discutir com serenidade, antecipação e realismo o problema do equipamento e da dotação material das nossas Forças Armadas», acrescentando que aqui «não são consentidos nem posições demagógicas e oportunistas, nem posições críticas inconsequentes, desligadas da obrigação de apresentar alternativas credíveis, que constituam compromissos firmes de cada força política».

É que esse debate, adiantou, «acaba por confluir, precisamente, na questão de saber que Forças Armadas queremos, e se podemos ter tudo aquilo que queremos». De certa maneira, disse, «podemos responder a essa interrogação dizendo que queremos ter uma Forças Armadas capazes de responder eficazmente pela independência e pela protecção do território pátrio, mas num quadro de alianças orientadas para auxílio mútuo, e para a complementaridade de forças, assim potenciando o esforço militar que o País pode oferecer. Não estamos sós. Contamos com o apoio e a solidariedade dos Estados integrantes das alianças a que pertencemos, às quais oferecemos o nosso contributo e das quais esperamos



auxílio sempre que necessário». Segundo referiu o camarada Luís Patrão, «o que está em jogo, nesta Assembleia, é saber quem quer e quem não quer modernizar as Forças Armadas; quem quer e quem não quer dotá-las de equipamento moderno; quem quer e quem não quer assumir com coragem os compromissos que isso implica, no plano financeiro como no domínio da actuação das próprias Forças Armadas».

Na sua intervenção durante a discussão da proposta de lei do Governo nº70/VIII, o deputado do PS salientou que este diploma pretende assumir-se, futuramente, como «o diploma de referência da programação militar».

Para o deputado do PS, «melhor planeamento de médio prazo, em benefício da indústria e da investigação nacionais, maior credibilidade da participação portuguesa em programas cooperativos comunitários ou internacionais, rigidez flexível na assunção de compromissos de aquisição de material e equipamento, maior latitude e modernidade das soluções de contratação, maior previsibilidade de encargos e responsabilidades, mais firme prioridade à obtenção de contrapartidas significativas para os nossos contratos de defesa, maior garantia do respeito da contenção orçamental, tudo são razões que nos levam a concordar com o articulado da proposta de lei do Governo». Quanto à parte da proposta de lei que encontra consagração no mapa da programação militar em si, domínio em que se concretizam os critérios e propósitos atrás descritos, o deputado do PS sublinhou, em primeiro lugar, «a continuação do investimento significativo em capacidade de comando e controlo, bem como em comunicações, pontos fulcrais de umas Forças Armadas modernas».

Do mesmo passo, disse, «a preocupação em dotar as Regiões Autónomas com equipamento moderno de defesa e de apoio às populações civis em caso de catástrofe ou acidente, merece nota atenta».

No que se refere à Marinha, destacou, entre outros aspectos, «a inclusão de todos os principais programas de rearmamento nacional, como a aquisição dos três submarinos que manterão a capacidade e o "know-how" da nossa Armada nesse domínio tão importante da defesa naval; e a capacidade de projecção de força, com a construção de um navio de apoio logístico que constituirá de futuro uma verdadeira base de suporte a operações aero-navais ou terrestres e missões de paz e humanitárias em que as nossas forças tenham de empenhar-se».

No âmbito do Exército, disse, «para além de equipamento mais moderno e apropriado para as unidades operacionais mais solicitadas para missões dentro e fora do território nacional - Brigada Mecanizada Independente, Brigada Aerotransportada Independente e Brigada Ligeira Independente - é de referir a continuação do investimento nos helicópteros do Grupo de Aviação Ligeira do Exército - GALE, cuja entrada em operação trará um dos mais visíveis acréscimos de operacionalidade e flexibilidade de utilização decorrentes desta Lei de Programação Militar, inserindo-se, além disso, num programa cooperativo cheio de virtualidades para a nossa indústria que implica contrapartidas a obter no valor de dezenas de milhões de contos». Na Força Aérea, «dotada mais recentemente de novos meios de defesa aérea e de ataque ao solo», o deputado do PS referiu que «importa continuar a manter na linha de plena operacionalidade e eficácia esses meios, para o que se prevêem verbas significativas».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO RENATO SAMPAIO

Qualidade do ar interior

## MANTER A «DOENÇA» NA MIRA

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) quer fazer frente ao «síndrome dos edifícios doentes», como é conhecido o fenómeno de poluição do ar interior.

O deputado Renato Sampaio defendeu, no dia 23, na Assembleia da República, a necessidade de conceber um «quadro legislativo e regulamentar» que permita «estancar e combater esta doença», sem alarmismo, mas «com a serenidade e a determinação exigidas».

Fazendo alusão à legislação existente para prevenir a salubridade dos edifícios (decreto-lei 40/90 sobre o comportamento técnico dos edifícios e decreto-lei 118/98 sobre o sistema energético de climatização dos prédios), o parlamentar socialista reiterou a ideia da urgência de se ir mais longe «e prevenir os riscos para a saúde que podem ser devidos à exposição, directa e permanente, das pessoas em locais fechados, à poluição do ar».

«Hoje já temos técnicos qualificados de nível superior para exercerem actividades ligadas à qualidade do ar interior, que são os técnicos da saúde ambiental licenciados pela Escola Superior de Tecnologia da Saúde», observou, acrescentando que «é necessário agir».

Agir significa, para Renato Sampaio,

começar pela construção dos edifícios, devendo estes ser construídos «utilizando materiais e equipamentos que garantam a qualidade de vida aos seus ocupantes».

Também as licenças de habitabilidade dos prédios só deverão ser emitidas pelas entidades competentes, segundo o deputado, «desde que estejam asseguradas todas as condições, sem excepções, da sua utilização», afirmou. Criticando ferozmente as vistorias finais que se resumem a acções de rotina, Renato Sampaio defendeu que esta fiscalização constitua efectivamente uma garantia real de habitabilidade para utentes e residentes dos edifícios em causa.

«Também não podemos, após a vistoria final do prédio, tolerar alterações de mudanças de destino das fracções ou alterações estruturais e espaciais que ponham em causa os estudos que estiveram na base do projecto inicial», afirmou.

A linha de acção socialista para enfrentar o problema da qualidade do ar interior implica, pois, «vistorias periódicas e regulares, bem como a responsabilidade das manutenções, a todos os níveis, quer de equipamentos quer dos elementos construtivos e assim como das instalações especiais».

MARY RODRIGUES

TRANSPORTES

Ferro Rodrigues defende

## PLANO GLOBAL PARA LISBOA E PORTO

O ministro do Equipamento Social, Ferro Rodrigues, assumiu, no dia 25, na Assembleia da República, a necessidade de um plano global de transportes para as duas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Defendendo que o plano dará «coerência» ao investimento realizado no sector de transportes públicos, Ferro Rodrigues assinalou que o seu pano de fundo será a implantação efectiva das Autoridades Metropolitanas de Transportes, as quais «representarão um esforço de parceria muito significativo entre todos os operadores públicos e privados» com alterações graduais no sistema tarifário e na distribuição de receitas.

Em resposta às críticas da oposição, Ferro Rodrigues defendeu que o Governo «não

abdica de prosseguir uma política integrada e sustentável que assegure a mobilidade de pessoas e bens, e a qualidade de vida das populações, na perspectiva da resolução dos constrangimentos internos, favorecendo a nossa ligação ao exterior». O ministro do Equipamento Social defendeu igualmente o que considerou ser a política «de diálogo e de discussão pública» relativamente aos grandes projectos, como o novo aeroporto de Lisboa e a alta velocidade ferroviária, dizendo ser o garante de iniciativas que «devolvam aos portugueses a estima pelos transportes públicos, a legítima aspiração a uma mobilidade eficiente e a motivação para erradicar o carácter periférico de Portugal».



PARLAMENTO EUROPEU **Eurodeputados socialistas**

## ELISA DAMIÃO PREOCUPADA COM A PROTECÇÃO SOCIAL NA EUROPA

**A** eurodeputada socialista Elisa Damião afirmou no plenário de Estrasburgo que «o passo decisivo para o futuro da protecção social na Europa foi dado no Conselho Europeu de Lisboa, de Março de 2000».

A camarada Elisa Damião sustentou esta ideia durante o debate de um relatório sobre as perspectivas de longo prazo dos regimes de pensões sociais e de seguros da União Europeia (UE).

Elisa Damião considerou que os resultados da Cimeira de Lisboa e os reflexos que os mesmos tiveram em algumas das novas disposições do Tratado de Nice coloca, actualmente, ao Conselho da União Europeia um desafio que merece uma resposta pronta.

Trata-se, segundo sublinhou a eurodeputada socialista, de ponderar «quanto custará para as nossas sociedades, em termos de perda de confiança política na Europa, de convulsões sociais e de aumento de insegurança e pobreza, a eventual ausência de transferências dos sistemas redistributivos para os cidadãos europeus».

### Apoio ao sector do azeite

O eurodeputado socialista Paulo Casaca defendeu no dia 17 de Maio, na sessão plenária de Estrasburgo do PE, um novo



modelo comunitário de apoio ao sector do azeite.

O camarada Paulo Casaca falava durante a discussão do relatório relativo ao regime de apoio ao sector do azeite, de que é autor.

Segundo o eurodeputado socialista, a

diminuição de eventuais possibilidades de fraude, a garantia de um rendimento equilibrado para os olivicultores europeus e a criação de condições para evitar a desertificação e o abandono dos olivais tradicionais do Sul da Europa exigem que os apoios comunitários ao sector do azeite

passem a ser concedidos com base num novo modelo.

Paulo Casaca referiu ainda que o actual regime «facilita a actividade de aducleradores que conspiram contra o orçamento comunitário, contra os agricultores e contra o direito do consumidor a comprar um produto natural e de qualidade».

### Segurança dos cidadãos

O eurodeputado socialista Sérgio Sousa Pinto, numa intervenção no plenário de Estrasburgo, considerou que a criação da unidade Eurojust, destinada ao reforço da luta contra as formas graves de criminalidade organizada na UE, constitui «uma resposta da União a problemas concretos sentidos pelo cidadão comum».

Segundo o eurodeputado socialista, o Eurojust «vem enfrentar e procurar dar resposta a uma das mais graves e actuais ameaças ao Estado de Direito: a criminalidade organizada, transnacional, cujo peso na economia mundial, e também, forçosamente, na europeia, é hoje estimado em valores assustadores».

Para Sérgio Sousa Pinto, o Eurojust constitui também um dos mais promissores saltos em frente na implementação de um Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça na Europa.

J. C. CASTELO BRANCO

PÓS-ALARGAMENTO **Elisa Ferreira afirma**

## REGIÕES AUTÓNOMAS MANTERÃO APOIOS ESTRUTURAIS

**A**s regiões autónomas da Madeira e dos Açores continuarão a receber os apoios de Bruxelas após o alargamento da União Europeia a países menos desenvolvidos que Portugal, evitando as dúvidas que pesam sobre outras regiões do País.

«As regiões autónomas estão imunes aos problemas da ilusão estatística» colocada com o alargamento da UE, afirmou na semana passada a ministra do Planeamento em Bruxelas.

Elisa Ferreira participou durante dois dias no Fórum sobre a Coesão onde foi discutido o futuro da política comunitária às suas regiões menos desenvolvidas, no quadro da adesão à UE de 10 países da Europa Central e Oriental e as ilhas de Chipre e Malta.

Portugal, Espanha e Grécia receiam perder os fundos estruturais e de coesão



após a adesão dos novos Estados que, sendo mais pobres que os actuais Quinze, baixarão a média do rendimento comunitário.

Regiões que hoje estão abaixo do limiar de 75 por cento da média comunitária e que recebem ajudas estruturais passarão a estar acima desse nível.

Portugal é um dos Estados-membros que defendem a manutenção de um nível de ajudas idêntico ao actual.

Elisa Ferreira explicou que a Madeira e os Açores vão continuar a ter «problemas graves» de atraso de desenvolvimento e que «o seu carácter periférico e insular dá-lhes razões particulares para continuarem a receber o apoio comunitário».

O mesmo se passará no próximo quadro financeiro da UE (2007-2013) com a região do Algarve que, segundo a ministra, mesmo sem o alargamento seria

classificada acima dos 75 por cento da média comunitária.

Uma situação idêntica àquela que a região de Lisboa e Vale do Tejo tem no actual quadro financeiro comunitário (2000-2006), mantendo mesmo assim, por enquanto, apoios que diminuirão ao longo dos anos (*fasing-out*).

«Em qualquer cenário de alargamento, e mesmo sem alargamento, o Algarve e a região de Lisboa e Vale do Tejo entram acima dos 75 por cento», afirmou a ministra, ficando as restantes regiões do continente «próximas» desse limiar, num cenário de alargamento a mais doze países.

Segundo Elisa Ferreira, fazendo a média da totalidade do País, Portugal, que está quase a 75 por cento da média comunitária, passaria com o alargamento para 86 ou 87 por cento.

## PRINCIPAIS PROPOSTAS DOS LÍDERES

**C**om a apresentação da sua visão da Europa, o primeiro-ministro francês, Lionel Jospin, entrou num debate até agora alimentado sobretudo pelos dirigentes alemães. Os pontos principais das contribuições feitas até agora são os seguintes:

Gerhard Schroeder: as propostas do chanceler alemão distinguem-se pela sua escolha claramente federalista, largamente inspirada no funcionamento actual da República Federal da Alemanha.

O chanceler alemão defende que a Comissão Europeia se torne num verdadeiro governo da UE e que as competências do Parlamento Europeu sejam reforçadas.

O seu projecto diminui os poderes da terceira grande instituição, o Conselho de Ministros, emanação política dos Estados-membros. Schroeder sugere transformá-lo numa câmara representativa dos Estados, decalcada do modelo do Bundesrat alemão onde estão representados os Laender. Este foi o ponto mais criticado nos outros países europeus.

Schroeder deseja renacionalizar uma parte da actual política agrícola e de ajudas regionais, sobre as quais a Europa foi construída em nome do princípio da solidariedade.

Joschka Fischer: O ministro dos Negócios Estrangeiros alemão demarcou-se de Schroeder ao preconizar a preservação de um papel importante para as nações no seio de um executivo que uniria a Comissão e o



Conselho de Ministros.

As nações seriam ainda representadas no Parlamento Europeu no seio de uma segunda câmara composta por representantes eleitos dos parlamentos nacionais.

Jacques Chirac: O presidente francês juntou-se à ideia de Federação de Estados-nações insistindo no respeito da componente nacional para evitar a criação de um «super-Estado» europeu.

Ele deseja uma integração maior em questões como a luta contra a criminalidade, o ambiente, a política externa ou a defesa. Chirac ainda não esclareceu o que pensa sobre a arquitectura das instituições mas defende a ideia de um «grupo pioneiro»

formado por países desejosos de avançar as cooperações sobre certos «dossiers». Lionel Jospin: O primeiro-ministro francês também é a favor do conceito de federação de Estados-nação.

O peso dos Estados seria assegurado através de um «conselho permanente de ministros» onde os seus membros seriam encarregados de «coordenar as questões europeias no seu próprio governo».

Ele defende a constituição de um «governo económico da zona euro» e pretende ainda confiar a um «congresso» o papel de controlar o respeito do princípio da subsidiariedade.

Tony Blair: O primeiro-ministro britânico é o único dirigente de um grande país a recusar a ideia de uma constituição europeia.

Os britânicos receiam que lhes sejam impostas normas sociais que recusam aceitar.

Tony Blair gostaria de limitar os poderes da Comissão Europeia e propõe a instauração no Parlamento Europeu de uma segunda câmara, composta por membros eleitos dos parlamentos nacionais, encarregados de um «controlo político» sobre o funcionamento da UE.

Favorável a um grande mercado europeu, ele deseja um alargamento rápido da UE.

António Guterres: o primeiro-ministro português defende que o aumento dos poderes das instituições comunitárias tem de ser acompanhado por um aumento da solidariedade da UE em relação às suas

regiões menos desenvolvidas.

É por isso que Guterres receia as propostas «pretensamente federalistas» como a feita pelo chanceler alemão Gerhard Schroeder que preconizam a renacionalização de certas políticas comunitárias.

O primeiro-ministro defende dois caminhos ou duas evoluções distintas para a União Europeia.

O primeiro caminho reside na criação de uma estrutura federal de Governo, com um Parlamento Europeu composto por duas câmaras separadas: uma com a representação proporcional dos cidadãos europeus, outra com a representação paritária de todos os Estados-membros baseada no princípio da igualdade das nações.

O segundo caminho passa por uma aproximação gradual do desenvolvimento e do aprofundamento do pilar federal, acompanhando o processo de alargamento da União, de forma a estruturarem-se áreas de cooperação intergovernamental.

O debate dos últimos meses cristalizou-se sobretudo à volta das propostas de Gerhard Schroeder. O primeiro-ministro belga, Guy Verhofstadt, foi o único a defender que são «muito positivas».

O neerlandês Wim Kok diz estar céptico sobre a ideia de um governo europeu. O grego Costas Simitis deseja que seja definido num texto constitucional a «repartição de competências entre órgãos nacionais e supranacionais».

## QUINZE ESTUDAM REFORMA DO SISTEMA SCHENGEN

Os ministros da Justiça e Interior da União Europeia (UE) analisaram no dia 28 de Maio o reforço do Sistema de Informação Schengen (SIS) face ao futuro alargamento.

Com sede em Estrasburgo (França), o SIS mantém em ligação todos os países que aplicam a Convenção de Schengen, dispondo em tempo real da informação necessária introduzida no sistema por algum dos membros.

A informação disponível no SIS diz respeito a pessoas e bens, neste caso armas, viaturas, documentos ou capitais.

Os Quinze continuam divididos sobre a forma de financiamento deste sistema, que pode ser intergovernamental, como actualmente, ou comunitário.

Apesar de ainda não estar definida a data de plena da adesão dos 12 candidatos à UE, é considerado imperativo criar uma plataforma técnica que funcione bem, economicamente rentável e flexível.

O novo SIS II visa permitir aos 12 candidatos aderir rapidamente ao sistema a partir do momento em que se tornem membros de pleno direito da UE.

O Acordo de Schengen foi assinado em 1995 por cinco países – Bélgica, Alemanha, França, Luxemburgo e Holanda – e levou à supressão de fronteiras internas, num grande espaço de livre circulação de pessoas.

Actualmente, os signatários são 15, nomeadamente Portugal.

Além da reforma do SIS, os titulares da Justiça e Interior da UE falam em sede de Conselho de Ministros sobre cooperação judicial, protecção civil em caso de catástrofe natural, luta contra o tráfico de seres humanos e falsificação do euro.

Asilo, imigração, fiscalidade e combate à delinquência organizada, designadamente o terrorismo, foram outros assuntos sobre a mesa.

## PORTUGAL REALIZOU GRANDES PROGRESSOS NA TRANSPOSIÇÃO DAS LEIS COMUNITÁRIAS

Portugal realizou «grandes progressos» nos últimos seis meses na transposição para a legislação nacional das directivas europeias (leis comunitárias) previstas na criação do mercado interno dos Quinze.

O comissário europeu responsável pelo mercado interno, Fritz Bolkestein, felicitou no dia 28 em Bruxelas Portugal, Suécia e o Luxemburgo «por terem alcançado melhores resultados que os restantes (Estados-membros) nos últimos seis meses».

Segundo uma tabela divulgada pela Comissão Europeia, Portugal tem ainda 82 directivas europeias para transpor que correspondem a 2,7 por cento do total, no âmbito das medidas previstas para a criação do mercado interno.

Em Novembro de 2000, Portugal tinha 4,4 por cento da legislação comunitária, nesta área, para transpor.

A classificação actual é liderada pela Suécia

com apenas 39 directivas a transpor (0,5 por cento), sendo a Grécia, com 114 directivas (4,8 por cento), a lanterna vermelha.

Por outro lado, a Comissão Europeia está a tratar cerca de 1.800 casos de infracção por desrespeito presumível das regras do mercado interno.

Bruxelas tem 78 casos abertos com Portugal, sendo os piores alunos a França (254), Itália (251) e a Espanha (208).

O mercado interno dos Quinze tem, segundo a Comissão Europeia, «um papel fundamental» na realização do principal objectivo definido pelos Quinze: tornar a UE na economia mais dinâmica do Mundo até 2010.

A eliminação dos obstáculos à livre circulação de mercadorias e serviços e assegurar a liberdade de estabelecimento em qualquer Estado-membro são os objectivos gerais do mercado interno dos Quinze aprovado em 1986.

## GOVERNO VAI CONTINUAR A APOIAR DIFUSÃO E ENSINO DA LÍNGUA

**P**ortugal vai continuar a investir na difusão da língua portuguesa no mundo e quer disputar o espaço do português na Internet, garantiu o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama.

Ao intervir na semana passada, na abertura do simpósio «O Universo da Língua portuguesa - Diversidade e Inovação», organizado pelo Instituto Camões, Jaime Gama garantiu aos investigadores presentes que Portugal quer fornecer os «meios adequados» para a difusão do português como a criação de centros de língua e outras medidas que «proporcionem uma cada vez maior acção de apoio» ao trabalho que desenvolvem. «A nossa batalha pela língua portuguesa num quadro de globalização mais exigente passa igualmente pela disputa do espaço linguístico do português nas grandes redes de comunicação como o aumento dos conteúdos em português na Internet», disse o ministro ao considerar que a rede global «é decisiva para a afirmação do português enquanto instrumento de comunicação universal».

Jaime Gama afirmou também que a língua portuguesa, «na sua diversidade e grande



presença fora do continente europeu, é cada vez mais uma língua que se afirma no plano universal e pelo seu crescimento

e vitalidade é uma das línguas capaz de trazer à globalização da informação o equilíbrio e ordenamento racional dos espaços linguísticos sem qualquer hegemonia».

Por outro lado, continuou o ministro, a «adopção da língua portuguesa pelas organizações internacionais é sempre um factor de equilíbrio dessas mesmas organizações no plano político e internacional».

Para o presidente do Instituto Camões, Jorge Couto, o simpósio, que se prolongou até 25 de Maio, teve como objectivo principal reunir os chefes dos 82 departamentos de português das mais importantes universidades estrangeiras para «trabalhar os novos projectos de investigação de ensino do português a estrangeiros, quer através da metodologia tradicional, quer através dos novos meios de comunicação e informação».

Jorge Couto considerou que além da tradicional «sala de aula», o ensino do português tem de apostar nos novos meios de comunicação e informação, designadamente o audiovisual e a Internet, «instrumentos fundamentais para a projecção do português a nível

internacional».

Portugal investe anualmente cerca de 17 milhões de contos na divulgação e ensino da língua portuguesa no mundo.

A organização do simpósio insere-se na celebração do «Ano Europeu das Línguas 2001», e contou com a presença de investigadores de 39 nacionalidades, da Espanha à Austrália.

A lista dos participantes incluiu 71 chefes de Departamentos de Português em universidades estrangeiras.

Em análise estiveram temas como «Línguas em Contacto», «Língua e Cultura», «Tecnologias das Línguas», «Língua e Literatura», «Ensino do Português (língua não materna)», «O Português à Distância», «Apresentação de Projectos Lexicográficos» e «Certificação».

As apresentações versarão sobre aspectos diversos, desde «CiberGramática: Uma Gramática do Português na Internet» até à «Situação Linguística em Timor-Leste», passando por «A Língua Portuguesa e a Unidade Nacional do Brasil».

A sessão de encerramento do simpósio contou com a presença da coordenadora nacional para o Ano Europeu das Línguas, a linguísta Isabel Hub Faria.

## LUSO-DESCENDENTES DEIXAM PORTUGAL ORGULHOSOS E EMOCIONADOS

**A**lgumas lágrimas e muita emoção marcaram a sessão de encerramento do III Encontro Mundial de Jovens Luso-descendentes, um evento que decorreu, no Porto, sob a presidência do secretário de Estado da Juventude, que patrocinou a iniciativa.

Oitenta jovens luso-descendentes de 20 países dos cinco continentes terminaram, no dia 26, no Porto, com «orgulho e emoção» uma visita de uma semana a Portugal, país que a grande maioria nunca tinha visitado.

Depois de uma semana de convivência, os jovens terminavam o programa oficial da deslocação, regressando aos seus países de origem, pelo que o ambiente era já o da despedida, o que se notava nas lágrimas e nas vozes embargadas com que espontaneamente cantaram «A Portuguesa» no final da sessão.

Miguel Fontes pediu aos jovens que compartilhassem esta viagem a Portugal com os seus amigos, luso-descendentes ou não, nos seus países de origem,

actuando «todos os dias como embaixadores do Portugal moderno que conheceram».

Provenientes dos mais diversos países onde há comunidades portuguesas, desde o Japão à Austrália, a visita levou os 80 jovens a Lisboa, Almada, Matosinhos e Porto, tendo participado num conjunto de actividades sobre diferentes aspectos da vida nacional.

Durante uma semana, os participantes no evento tiveram a oportunidade de se encontrar com o Presidente da República, o presidente da Assembleia da República e o primeiro-ministro, assim como vários membros do Governo.

Do programa da visita constavam vários debates sobre temas como o associativismo, a comunicação social, o emprego e a cultura, entre outros.

Após terem visitado a Universidade de Coimbra, onde foram recebidos pelo reitor, os jovens visitaram o concelho de Matosinhos, onde assistiram a um concerto do Festival «Matosinhos em Jazz», tendo em Lisboa assistido ao filme de João

Canijo, «Ganhar a Vida» (sobre a vivência da emigração).

O encontro anual é organizado conjuntamente pelas Secretarias de Estado das Comunidades e da Juventude e do Desporto, com o objectivo de «trazer experiências, ideias, discutir Portugal e as vivências das comunidades lusas nos respectivos países de acolhimento».

### Mãos à obra numa semana de festa

A possibilidade de viver «em festa lusitana» durante uma semana foi motivação comum aos 76 participantes no III Encontro Mundial de Jovens Luso-descendentes, mas para muitos deles a iniciativa constituiu uma «excelente oportunidade de trabalho».

Movidos por ambições diferentes, os jovens embarcaram na expectativa do que o encontro lhes poderia oferecer, partindo do pressuposto de que uma «semana de festa» estava garantida.

Contactar com jovens portugueses residentes noutros pontos do globo, trocar

experiências, números de telefone, e-mails (para os mais dados às novas tecnologias), conhecer a terra dos pais ou simplesmente aproveitar a oportunidade para falar Português foram algumas das razões que por si só justificaram a presença no evento. No entanto, muitos foram aqueles que aliaram ao prazer às responsabilidades profissionais, chegando mesmo a classificar o encontro como uma proveitosa e útil «semana de trabalho».

A impressão positiva do encontro é dada pela existência de muitos jovens ligados ao movimento associativo, permitindo-lhes apresentar realidades abrangentes de vários níveis, como por exemplo, o do emprego e formação profissional.

Uma das críticas apontadas por alguns luso-descendentes durante o encontro é a ausência de oportunidades de assumirem os destinos de associações portuguesas no estrangeiro, sendo-lhes vedado o poder decisivo na orientação desses espaços.

Alguns admitem até um certo afastamento das associações por não se identificarem com as vertentes implementadas.

## LIXEIRAS TÊM DIAS CONTADOS

**O** Executivo socialista vai substituir até ao fim do ano as 65 lixeiras ainda existentes no País por seis aterros sanitários. A garantia foi dada, no dia 29, em Celorico de Basto, pelo ministro do Ambiente.

José Sócrates, que falava no decorrer da cerimónia de concessão do novo Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha Selectiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Baixo Tâmega, disse que para a cobertura completa do País apenas falta construir mais seis aterros sanitários (Baixo e Alto Tâmega, Beja, Évora, Oeste e Bigorne).

«O objectivo é chegar ao final de 2001 sem uma única lixeira municipal», garantiu o governante, recordando que em 1996 existiam 335 lixeiras, 270 das quais já foram encerradas.

O ministro considera que, depois de 2001, Portugal vai atingir os indicadores médios europeus em termos ambientais e de qualidade de vida.

Sócrates frisou que se «pretende fechar todas as lixeiras, construindo apenas uma única infra-estrutura que vai obedecer a todas as normas ambientais, mesmo as mais exigentes, como tratamento de lixiviados, extracção de biogás e enfardamentos».

O governante salientou a vantagem económica de se dar uma resposta àquele problema ambiental através de uma amplitude regional e não municipal.

«Trata-se de uma resposta baseada numa sustentabilidade económica e definida num



âmbito regional, já que não tinha sentido construir um aterro sanitário por concelho», disse.

O ministro do Ambiente presidiu, terça-feira, à assinatura de contratos que vão permitir o encerramento de 19 lixeiras a céu aberto ainda existentes nas regiões do Baixo Tâmega e do Alto Tâmega.

### Dois sistemas multimunicipais

Esta medida insere-se no âmbito da criação de dois novos sistemas multimunicipais de triagem, recolha selectiva, valorização e

tratamento de resíduos sólidos urbanos, um no Baixo Tâmega e outro no Alto Tâmega, projectos que no seu conjunto representam um investimento de seis milhões de euros. Estes dois sistemas têm por objectivo garantir que os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) produzidos nas regiões do Alto e Baixo Tâmega sejam convenientemente tratados e recebam um destino final que garanta protecção dos ecossistemas, segurança da saúde pública e aumento da qualidade de vida das populações.

Por iniciativa e apoio do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, os projectos de implementação destes sistemas foram desenvolvidos conjuntamente pelo Grupo Águas de Portugal e pelos 12 municípios abrangidos (seis na região do Baixo Tâmega e seis na região do Alto Tâmega).

Em Celorico de Basto, a Rebat, empresa gestora do sistema, vai investir três milhões de contos na sua implementação e propõe-se resolver os problemas de recolha e tratamento das 60 mil toneladas de RSU produzidos anualmente nos concelhos de Cabeceiras de Basto, Amarante, Baião, Marco de Canavezes, Mondim de Basto e Celorico de Basto.

Este sistema, cujo aterro sanitário vai ser construído na Freguesia de Codeçoso, possibilitará a erradicação completa das 10 lixeiras existentes no Baixo Tâmega.

Através do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha Selectiva, valorização e Tratamento de RSU, a Rebat pretende aumentar para 98 por cento os níveis de

tratamento, abrangendo uma população de 180 mil habitantes.

Os municípios incluídos no sistema passarão a dispor de 360 ecopontos, três ecocentros, duas estações de transferência, uma estação de triagem e enfardamento, uma unidade de enfardamento e compactação e um aterro sanitário.

Em Boticas, a Resat, empresa concessionária do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha Selectiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Alto Tâmega, assinou os respectivos contratos de recepção e concessão.

A empresa está a investir cerca de três milhões de contos na triagem, recolha selectiva, valorização e tratamento das 35 mil toneladas de RSU produzidos anualmente nos municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

Este sistema vai permitir o encerramento de nove lixeiras existentes na região e aumentar para 98 por cento os níveis de atendimento, abrangendo uma população de 110 mil habitantes.

Entre as infra-estruturas previstas para este sistema contam-se a construção de um Aterro Sanitário e uma estação de triagem em Boticas, uma estação de transferência para servir os municípios de Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, uma estação de transferência para o município de Montalegre.

A implementação da Recolha Selectiva será feita através da colocação de 250 ecopontos.

## ESTRATÉGIA DE CONCERTAÇÃO

**O** ministro do Equipamento Social quer conciliar o desenvolvimento dos transportes com o ambiente e a segurança de pessoas e bens, objectivo que pretende promover na conferência europeia dos ministros de transportes (CEMT), que no dia 29 teve início em Lisboa.

«No processo de construção de uma Europa com livre circulação de mercadorias e pessoas, que se prepara para o alargamento aos países da Europa Central e de Leste, temos de conciliar o crescimento económico com variáveis que não têm merecido a mesma preocupação em termos políticos como o ambiente e segurança», disse aos jornalistas na sessão de abertura da CEMT.

Ferro Rodrigues referiu-se a este fórum como uma oportunidade «para encontrar plataformas comuns» e fazer avançar os novos valores, esperando que se possa atingir um compromisso de conciliação em detrimento das «opções unilaterais» de



alguns países.

Um dos temas em destaque na 85ª sessão do Conselho de Ministros da CEMT é a integração pan-europeia de transportes centrada na definição de uma política orientada para a integração dos países da Europa Central e Oriental num sistema baseado nos princípios da economia de mercado.

Da agenda da reunião constaram discussões sobre a reforma do quadro regulador dos transportes rodoviários, os transportes urbanos sustentáveis e os transportes e envelhecimento da população. Na intervenção de abertura da CEMT, Ferro Rodrigues aludiu ao «aumento insustentável do transporte rodoviários de mercadorias e ao crescente congestionamento do tráfego nas zonas urbanas», desafiando os governos a definir «uma estratégia concertada» que permita desenvolver os transportes, otimizando os seus benefícios económicos e sociais e minimizando os seus custos ambientais, sociais e

económicos.

O ministro considerou também que o desenvolvimento sustentável dos transportes deve começar pela redução das vítimas de acidentes rodoviários e defendeu que a melhoria da segurança rodoviária passa por «uma acção concertada dos Governos, da indústria automóvel e dos utentes».

Ferro Rodrigues quer «reduzir a procura de transportes» apelando para que os responsáveis políticos assumam um «desempenho pró-activo» em vez de procurarem apenas assegurar a mobilidade.

O responsável do Equipamento Social salientou ainda os fortes investimentos do Governo em projectos que «permitiriam transferir o tráfego para o modo ferroviário» e promover a intermodalidade, como a Rede Ferroviária de Alta Velocidade e o projecto multimodal Portugal-Espanha-Europa que inclui a construção de um terminal de contentores no Porto de Sines.

## PLANO DE INCLUSÃO ABRANGE DOIS MILHÕES

O Plano Nacional de Acção para a Inclusão vai abranger dois milhões de portugueses e durante três anos implicará o esforço de todo o Governo, explicou, no dia 28, no Porto, o ministro do Trabalho e da Solidariedade.

O projecto integra um conjunto de instrumentos de luta contra a pobreza e exclusão.

Paulo Pedroso referiu que o plano se dirige «centralmente aos 20 por cento (dos portugueses) que estão na base inferior da pirâmide social em Portugal».

Sustentou que um dos factores que leva as pessoas a situações de exclusão é o contexto em que vivem.

«É necessário, por isso, melhorar a nossa componente de intervenção territorial», disse Paulo Pedroso.

Segundo o ministro – que falava após a assinatura de um protocolo de cooperação entre o seu ministério, a Câmara do Porto e a Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP) – a concretização da iniciativa passará pela medição das zonas de intervenção, definição dos objectivos temporalizados e contratualização com entidades para que elas trabalhem para esses objectivos.

Pedroso referiu que este novo documento, que irá a Conselho de Ministros até fim de Junho, implicará, durante três anos, uma estratégia de todo o Governo para a



promoção da inclusão.

«No plano vai haver um número determinado de contratos-programa com a perspectiva de serem contratos de desenvolvimento social urbano», referiu. Paulo Pedroso salientou que «em bairros diferentes haverá estratégias diferentes».

«O que se pretende no fim desses contratos é que haja menos pobreza menos desigualdade, menos marginalidade e mais coesão», frisou.

Na sua opinião, em conjunto com autarquias e instituições de solidariedade, o Governo pode inverter a tendência de que

os bairros sociais sejam indutores de pobreza e marginalização.

«Essa é das primeiras prioridades na luta contra a pobreza nos próximos anos», disse.

O plano, que inclui a intervenção de vários ministérios, nomeadamente os da Economia e Saúde, desenvolver-se-á essencialmente em parcerias.

«Isto é, no terreno, em cooperação com as autarquias e instituições de solidariedade», acrescentou.

Garantiu que o orçamento deste plano, que ainda não está definido, será gerido pelo próprio Ministério do Trabalho e Solidariedade.

Paulo Pedroso afirmou que este novo projecto do Governo não colide com o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), uma vez que abrangerá «situações globais de risco de exclusão».

«O RMG tem o objectivo de reduzir a severidade da pobreza, fazer com que ninguém viva abaixo de um determinado nível, mas a verdade é que acima desse nível continua a haver pobreza e exclusão», disse.

Para Paulo Pedroso, este plano é «a imagem de um puzzle».

«O RMG é uma peça que tem que se encaixar num puzzle de instrumentos que visam trabalhar outras dimensões da exclusão e, desejavelmente, também reduzi-lo», frisou.

## AJUSTAR VALORES

O estudo que mostra que os proprietários pedem rendas de habitação que chegam quase a duplicar o valor realmente contratado é útil como referência para senhorios e inquilinos.

A ideia foi lançada, no dia 28, em Lisboa, pela secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho.

A Secretária de Estado da Habitação divulgou, na passada segunda-feira, uma análise aos cerca de 25 mil contratos feitos no âmbito do Incentivo ao Arrendamento por Jovens (IAJ), em 304 concelhos, no ano passado, concluindo que a média dos preços praticados chega a ser 40 por cento inferior ao valor do arrendamento pedido, por exemplo, em Lisboa e no Porto.

A secretária de Estado explicou que o objectivo da iniciativa «não é influenciar o mercado de arrendamento, que é livre, mas tão-só informar» e contribuir para «um ajustamento» entre os valores da oferta e do mercado.

Até agora, só existia a indicação dos preços da parte da oferta, que são altos, referiu Leonor Coutinho.

As pessoas baseiam-se nos anúncios para arrendamento de casas e nos valores pedidos como ponto de partida, funcionando isto tanto para quem tinha uma casa disponível para ceder, como quem procurava uma habitação, sustentou a governante, acrescentando que, como aqueles preços estão acima do valor de mercado, enfrentavam-se dificuldades na concretização do negócio o que «é mau tanto para uma parte como para a outra». Assim, pretendeu-se «apoiar as pessoas e os agentes que estão no mercado» da habitação, acrescentou a secretária de Estado.

A amostra estudada refere-se a «rendas no mercado livre, de casas com licença de habitação e com tudo legal», a maior parte de três assoalhadas, a tipologia mais procurada.

Leonor Coutinho espera que esta

informação sirva de referência para o ajustamento entre os valores da oferta e do mercado, criando as condições para que o negócio se realize, situação positiva para todos.

A Secretária de Estado da Habitação comparou os valores médios apurados no seu estudo com «os dados da APEMI [Associação Portuguesa de Empresas Mediadoras Imobiliárias] relativos ao valor médio de oferta de arrendamento para as tipologias mais frequentes do IAJ», concluindo pela «existência de uma sobrevalorização» da oferta em relação aos preços efectivamente praticados.

Em Lisboa e Porto, os valores da APEMI estão mais de 40 por cento acima dos preços praticados nos contratos analisados pela Secretária de Estado de Leonor Coutinho. O mesmo acontece em Santarém, Setúbal e Faro.

Os municípios onde a diferença entre os valores da APEMI e do IAJ é menor que 10 por cento são Vila Real, Aveiro, Évora, Beja

e Loures.

Outros 13 concelhos mostram sobrevalorizações entre 10 e 40 por cento. Segundo a Secretária de Estado da Habitação, «a existência de uma diferente percepção da realidade do mercado de arrendamento por parte da oferta, levando ao estabelecimento de valores de renda muito acima dos valores reais de mercado, é um dos factores explicativos da existência de um desajuste entre a oferta e a procura». Isto traduz-se na «dificuldade em arrendar por parte dos proprietários e dificuldade em encontrar fogos para arrendar por parte de potenciais inquilinos».

«Os dados subjacentes à análise realizada correspondem a valores reais de contratos de arrendamento em regime de venda livre», refere a secretária de Estado, garantindo um «elevado grau de fiabilidade», porque «a subavaliação do valor da renda mensal no contrato [no âmbito do IAJ] acarretaria um valor menor de subsídio».



## Albufeira

### Projecto de beneficiação do Centro da Guia

O presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Arsénio Catuna, deslocou-se no passado dia 18 de Maio à Freguesia da Guia a fim de apresentar o projecto de beneficiação e dotação de infra-estruturas do Centro da povoação da Guia. Este foi um dos momentos altos da visita do autarca àquela freguesia, o qual foi antecedido por um conjunto de visitas a vários locais desta localidade.

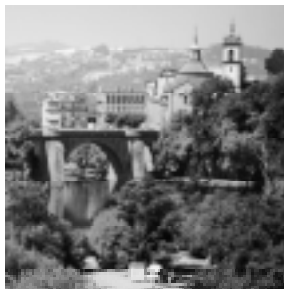
### Autarquia assina protocolo com a AJEA

O município de Albufeira deliberou assinar um protocolo de cooperação com a Associação de Jornalistas e Escritores do Algarve (AJEA), o qual se traduz, por parte da autarquia, na atribuição de um subsídio anual no valor de 250 mil contos.

## Amarante

### Recital de Pedro Burmester

A sala do antigo Cine-Teatro encheu-se, no dia 5 de Maio, para ouvir Pedro Burmester num «Recital de Piano a Quatro Mãos» com Alexei Eremin.



Foi mais um espectáculo de qualidade promovido pela Câmara Municipal de Amarante, no âmbito do seu programa de animação da cidade, onde foi possível ver público de todas as idades em aplauso unânime àquela que é, actualmente, um dos maiores pianistas portugueses.

Pedro Burmester, sublinhe-se, tem um papel fundamental na Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura», onde é responsável pelo pelouro da Casa da Música.

## Fafe

### Plano de transportes escolares

A Câmara Municipal de Fafe aprovou o plano de transportes escolares para o ano lectivo 2001/2002, após ter debatido com

os representantes das escolas e das empresas transportadoras, no âmbito do Conselho Consultivo dos Transportes Escolares.

O plano abrange os alunos dos diferentes graus de ensino que a ele tenham direito, sendo os passes emitidos pela autarquia e cabendo às transportadoras o fornecimento das respectivas vihetas. O plano envolve o transporte de 2683 alunos por mês, o que representa um acréscimo de 14 por cento no número de alunos a utilizar este tipo de serviço relativamente ao ano lectivo em curso. A despesa anual prevista para este serviço de largo alcance social será, no próximo ano, da ordem dos 100 mil contos.

### Subsídio ao Grupo Desportivo de Pardelhas

O município de Fafe vai atribuir um subsídio de 550.000 contos ao Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo de Pardelhas, para apoio ao nivelamento do recinto de jogos inaugurado em 25 de Abril último.

### Prémio Literário A. Lopes de Oliveira

Com o patrocínio da autarquia de Fafe, volta a ser instituído, a nível nacional, o Prémio Literário A. Lopes de Oliveira/Câmara Municipal de Fafe, para o género «Estudos Histórico-Sociais de Âmbito Local ou Regional», cujo regulamento da edição 2001/2002 foi aprovado na última reunião do Executivo municipal.

## Lisboa

### Habitação jovem de qualidade

A Colina de S. Gonçalo é o mais recente empreendimento integrado no projecto da Alta de Lisboa.



Vocacionado para jovens e casais que desejam não sair da cidade de Lisboa, é composto por 450 fogos habitacionais, distribuídos entre duas, três e quatro assoalhadas, sendo um produto com uma excelente relação qualidade/preço.

O projecto do empreendimento tem a assinatura do arquitecto João Paciência, que juntamente com a Sociedade Gestora da Alta de Lisboa (SGAL), não poupou

esforços para tornar este empreendimento atractivo para os jovens à procura de primeira casa, sem subestimar a qualidade.

## Montijo

### Colóquio sobre o euro

Realizou-se no passado dia 24 de Maio, no auditório da Assembleia Municipal, um colóquio sobre o euro, que contou com a presença da presidente da Câmara Municipal do Montijo, Maria Amélia Antunes, do presidente da Comissão Nacional do Euro, Consiglieri Pedrosa, e do deputado Joel Hasse Ferreira.



### Entrega de prémios

Após o debate, procedeu-se à entrega de prémios do concurso de montras, que decorreu nos estabelecimentos da zona comercial da cidade do Montijo e que teve como objectivo eleger as melhores montras decoradas com elementos relativos à moeda única.

## Pontinha

### Circuito de manutenção

O circuito de manutenção da Paiã tem registado uma elevada afluência de desportistas de todas as idades.

Situado no pinhal da Paiã, o circuito de manutenção tem uma pista para corrida e vários aparelhos para exercício, todos eles dotados de instruções de utilização. Os aparelhos que equipam o circuito foram montados pelos jovens que frequentaram o Programa OTL da Junta de Freguesia da Pontinha e pelos escuteiros do Grupo 199.

### Novos fardamentos

A Junta de Freguesia da Pontinha adquiriu novos fardamentos para todos os funcionários da limpeza urbana, zonas verdes, obras, oficinas e vigilância de parques.

A autarquia pretendeu criar melhores condições de trabalho aos seus funcionários e, simultaneamente, servir melhor a população.

## Sesimbra

### Protocolo com o Clube-Escola de Ténis

A Câmara Municipal de Sesimbra e o Clube-Escola de Ténis de Sesimbra celebraram um protocolo de colaboração que delega nesta colectividade a gestão dos campos de ténis municipais da Almoinha, por um período de cinco anos. Esta medida visa permitir, não só a utilização mais racional daquele espaço, como também o desenvolvimento da modalidade, uma vez que se garante a sua abertura a outras instituições do conselho e à população em geral.

## Sintra

### Novos equipamentos sociais

A Câmara Municipal de Sintra inaugurou na passada terça-feira, dia 29 de Maio, o Centro de Dia do Fação, na Freguesia de Pero Pinheiro, e o Observatório Local e Gabinete de Atendimento do Bairro 1º de Maio, na Freguesia de Monte Abraão, em Queluz, numa cerimónia que contou com a presença do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Paulo Pedrosa, e da presidente da Câmara Municipal de Sintra, Edite Estrela.



Durante a inauguração destes novos equipamentos sociais, procedeu-se ainda à assinatura de quatro contratos-programa para o apoio à construção de lares e centro de dia para a terceira idade, senão também um programa de intenções para a instalação, em Monte Abraão, de diversas infra-estruturas de apoio à população da zona.

### I Feira de Produtos de Agricultura Biológica

Realizou-se nos passados dias 26 e 27 de Maio, no Parque da Liberdade, em Sintra, a I Feira de Produtos de Agricultura Biológica, uma iniciativa da Associação Nacional de Agricultores Biológicos (Bio-Ana), que contou com o apoio da Câmara Municipal de Sintra.

## PS EM MOVIMENTO

### AÇORES

#### PS quer casas com espaços verdes

O candidato do PS à presidência da Câmara de Ponta Delgada prometeu isenção de contribuição autárquica aos moradores do concelho com zonas de espaços verdes nas suas residências.

Rui Bettencourt, que falava durante uma visita de pré-campanha ao jardim António Borges, em Ponta Delgada, enquadrou a medida numa política de promoção das zonas verdes para melhorar a qualidade de vida no maior concelho açoriano.

Adiantou que pretende também integrar o jardim visitado, que é o principal espaço verde da cidade, na Rede Europeia de Jardins Botânicos.

Além da realização de actividades de animação que atraiam pessoas ao António Borges, construído no século XIX, Rui Bettencourt anunciou a criação no seu perímetro de um espaço coberto para expor elementos do espólio ligado à natureza do Museu de Ponta Delgada.

O candidato garantiu também a construção de novos espaços verdes na cidade e a recuperação dos existentes, fazendo com que o centro urbano se «torne mais arejado».

Rui Bettencourt propôs ainda «uma grande reabilitação» do Campo de S. Francisco, transformando-o num espaço em que o mundo rural apresente os seus produtos, as suas tradições, o seu teatro e a sua música.

### CAMPO DE OURIQUE

#### Tomada de posse

Realizou-se ontem, dia 30 de Maio, a cerimónia de tomada de posse do Secretariado e Mesa da Assembleia Geral da Secção de Campo de Ourique, estrutura liderada pelo camarada Flávio Fonte, que decorreu no Grémio de Instrução Liberal de Campo de Ourique. A cerimónia teve início com a tomada de posse dos novos órgãos eleitos dada pelo camarada Miguel Coelho, seguida de um beberete e de um debate sobre o ambiente, que contou com a presença do camarada Macieira Antunes.

#### Jantar de aniversário

Entretanto, o novo Secretariado que continua a ser liderado pelo camarada Flávio Fonte tem já programadas uma série de iniciativas, a primeira das quais irá ter lugar já em Junho com a realização de um jantar comemorativo do 27º aniversário da Secção, no decorrer do qual serão entregues placas comemorativas de 25 anos de militância a diversos camaradas históricos desta estrutura.

### MADEIRA

#### PS prepara autárquicas

O líder do PS/Madeira, José António Cardoso, manifestou-se confiante na vitória socialista nas autárquicas de Dezembro em quatro ou cinco câmaras geridas actualmente pelo PSD no arquipélago.

Em declarações aos jornalistas em Angra do Heroísmo no início de uma visita de três dias aos Açores, José António Cardoso afirmou-se convicto da vitória do seu partido nas eleições regionais de 2004.

«A população madeirense começa a compreender o discurso de alternância que evita o confronto», sublinhou.

José António Cardoso sustentou que «a Madeira vive um regime político que de democrático só tem o nome» e que «já não se coaduna com o sentimento da maioria da população».

«A nossa perspectiva é a de que o actual regime está em queda e o PS/Madeira espera que ele caia ainda com Alberto João Jardim na cadeira», acrescentou.

O líder socialista madeirense justificou a sua deslocação aos Açores, a convite de Carlos César, com o objectivo «de colher experiências do novo modelo de desenvolvimento posto em prática pelo governo regional açoriano».

«A nova direcção do PS/Madeira possui uma enorme curiosidade sobre a dinâmica da governação socialista açoriana que colocou o cidadão no centro das preocupações e de onde se pode tirar linhas orientadoras para o projecto madeirense», indicou.

É nesse quando que se inscreve o convite à participação de responsáveis socialistas açorianos nas conferências sobre o poder autárquico que os PS/Madeira tem vindo a desenvolver, referiu José António Cardoso.

### PENHA DE FRANÇA

#### Reunião com Miguel Coelho

Realizou-se no passado dia 29 de Maio, na Secção da Penha de França/São João, uma reunião do presidente da Comissão Política Concelhia de Lisboa, Miguel Coelho, com o conselho dos secretários-coordenadores das Secções da cidade de Lisboa.

Em análise esteve o processo das candidaturas socialistas à Câmara Municipal e às Freguesias de Lisboa, processo no qual a Concelhia, de acordo com os estatutos, é a principal estrutura responsável por todo o processo.

### VILA REAL

#### Concelhia escolhe candidato

A Comissão Política Concelhia do PS de Vila Real, reunida no dia 28, escolheu o camarada Aloísio da Fonseca para encabeçar a candidatura à Câmara Municipal de Vila Real.

A escolha foi feita por unanimidade e aclamação.

Actualmente, o camarada Aloísio da Fonseca desempenha actividades de assessoria do conselho de administração da Transtejo.

### UISEU

#### PS critica Câmara

O candidato socialista à Câmara de Viseu acusou no dia 28 o executivo do PSD de dirigir há 12 anos o concelho com «insensibilidade autista» numa gestão em que «as pessoas não contam».

Durante a apresentação do programa eleitoral, Joaquim Alexandre Rodrigues justificou a acusação com o argumento de que, nos 24 concelhos do distrito, «apenas Viseu se encontra de fora» do Rendimento Mínimo Garantido, «por motivos ideológicos, por rezinguice e porque - o actual presidente, Fernando Ruas - nunca se senta a uma mesa em que não esteja a mandar».

«Mas há problemas novos dos quais uma Câmara não se pode alhear, porque os homens ainda são cidadãos mas, com frequência, já não sabem a que cidade pertencem», referiu o candidato do PS.

#### Dormitórios anónimos

Alexandre Rodrigues apontou como exemplo os bairros da cidade de Viseu que estão transformados em «dormitórios anónimos, locais de paragem entre a casa e o emprego» e que já ninguém «distingue dos subúrbios de uma qualquer grande metrópole».

O candidato do PS criticou ainda o executivo do PSD em áreas como a segurança, os problemas de exclusão social e a falta de um capital de atracção para a cidade de Viseu. «As pessoas vão à Figueira da Foz pelo cinema, a Matosinhos pelo jazz, a Ovar pelo Carnaval, a Tondela pela Acert (uma dinâmica associação cultural), a Linhares pelo Parapente, mas não existe nada que exerça esse tipo de atracção em Viseu», sustentou. O candidato socialista propôs-se intervir de forma a dinamizar o relacionamento frutífero com os concelhos vizinhos, criar um novo relacionamento com as Juntas de Freguesia através de novas competências e «apostar claramente nas ideias novas».

## Comissão Permanente alargada de 21 para 23 membros

A nova Comissão Permanente do PS sofreu no dia 28 um alargamento de 21 para 23 membros.

O anúncio foi feito em conferência de imprensa pelo secretário para as Relações Internacionais do PS, José Lamego, após o final da primeira reunião do Secretariado Nacional após o congresso.

Interrogado se Armando Vara continuava a assumir as funções de coordenador do PS para as eleições autárquicas, dentro dos órgãos dirigentes do partido, em virtude de já ter anunciado a seu afastamento a prazo da vida política, para assumir um lugar na Sociedade Anónima Desportiva do Benfica, José Lamego, respondeu afirmativamente.

Quanto à composição da Comissão Permanente do PS, José Lamego afirmou que se trataram de «especulações» as notícias que deram como certas uma redução do seu número.

«O emagrecimento é um objectivo que todos prosseguimos, mas raramente conseguimos», disse, depois de já ter admitido que a Comissão Permanente do PS pode sofrer uma remodelação após as eleições autárquicas de Dezembro.

Da anterior Comissão Permanente do PS, apenas saiu a presidente da Câmara de Felgueiras, Fátima Felgueiras, que também já havia abandonado o Secretariado Nacional do PS.

Em contrapartida entraram mais três elementos para a Comissão Permanente dos socialistas: o director do jornal «Acção Socialista» e líder dos eurodeputados do PS, António José Seguro, a secretária de Estado Ana Benavente e o presidente do PS/Viana do Castelo, Rui Solheiro.

Na conferência de Imprensa, José Lamego transmitiu um voto de louvor do PS ao trabalho que tem sido desenvolvido pela Amnistia Internacional, que hoje comemora 40 anos.





## RELATÓRIO RELATIVO AO CONTROLO DA APLICAÇÃO DO DIREITO COMUNITÁRIO EM 1999\*

### Introdução

O artigo 194º do Tratado que institui a Comunidade Europeia confere o direito a qualquer cidadão ou grupo de cidadãos, com residência ou sede estatutária num Estado-membro da União Europeia, de apresentar uma petição ao Parlamento Europeu sobre todo e qualquer assunto que releve dos domínios da actividade da Comunidade e que directamente lhe diga respeito. Este direito emana de outro mais vasto que é o direito de cidadania, tal como se infere do artigo 21º do mesmo Tratado.

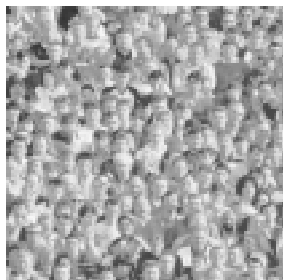
Observa-se que aumenta de ano para ano o número de petições apresentadas ao Parlamento Europeu pelos cidadãos da União Europeia. Cada vez mais as queixas dos cidadãos são mais elaboradas e exigentes. Significa isto que o peticionário está mais consciente dos seus direitos e do eco que as suas petições encontram na nossa instituição. Sabe que ele próprio pode e deve participar na construção de uma Europa melhor e onde seja mais agradável viver. Qualquer que seja a sua idade, o seu grau de cultura, religião ou cor de pele, ele quer que a sua opinião seja tida em conta e que uma resposta para as suas dificuldades seja encontrada.

São estas algumas das questões que mais geralmente são objecto das preocupações dos peticionários: as que se relacionam com a segurança social, as que tratam da defesa do ambiente; as que respeitam ao reconhecimento de diplomas; as que se referem a casos de discriminação em razão da nacionalidade, do sexo ou da religião; as que descrevem situações de entrave à livre circulação de mercadorias ou de pessoas; etc.

As questões que tratam da defesa do ambiente - em crescimento constante - confinam-se normalmente às fronteiras de um mesmo Estado-membro e revelam por parte do peticionário um elevado índice de preocupação com o nível de vida dos habitantes actuais e futuros de uma determinada região.

A maior parte das situações referenciadas nas petições que respeitam à defesa do ambiente refere-se a uma aplicação incorrecta pelos Estado-membros das directivas e regulamentos comunitários. Muito raramente se referem à não transposição ou à transposição incompleta ou incorrecta de tais diplomas legais.

O «*décimo sétimo relatório anual sobre o controlo da aplicação do direito comunitário (1999)*», elaborado anualmente pela Comissão Europeia, na sequência da Resolução do Parlamento Europeu de 9 de Fevereiro de 1983, é um documento rico em informações, muito minucioso e bem elaborado. O controlo da aplicação do direito comunitário é uma tarefa confiada à Comissão Europeia pelo artigo 211º do



Tratado que institui a Comunidade Europeia. Este relatório é elucidativo quanto ao papel que a Comissão Europeia desempenha no diálogo que se estabelece entre o cidadão e o Parlamento Europeu no combate às infracções ao direito comunitário. É de salientar não só a quantidade, mas também a complexidade técnica e jurídica das questões apresentadas pelos peticionários. Para o esclarecimento pormenorizado de tais questões, o contributo da Comissão Europeia é imprescindível. Os pareceres que emite são normalmente levados até à exaustão, constituindo análises jurídicas e técnicas muito apreciadas.

No preâmbulo a este relatório, na parte relativa ao resumo estatístico de 1999, menciona-se que dos 288 casos de infracção ao direito comunitário constatados oficialmente pela Comissão Europeia, 10 tiveram por base petições dirigidas ao Parlamento Europeu.

### II. Colaboração entre o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia e o Conselho

A procura de solução para os problemas apresentados pelo cidadão da União Europeia é fundamental para que ele acredite e deposite confiança nas instituições. O êxito de tal missão não poderá ser levado a cabo sem a colaboração estreita da Comissão Europeia. Para que tal contributo seja profícuo, é indispensável que esta instituição forneça à Comissão das Petições respostas correctas e atempadas.

A este exercício tem de ser obrigatoriamente associado o Conselho, cujo contributo é urgente. Infelizmente, até agora, a sua participação tem-se mostrado ardua.

Um mecanismo de cooperação entre estas três instituições terá de ser encontrado rapidamente, de modo a poder responder-se correctamente e com celeridade às legítimas expectativas dos cidadãos.

### III. Colaboração também com os Estado-membros

A situação relativa ao cumprimento da

transposição das directivas comunitárias em 1999, em que é patente um decréscimo relativamente ao ano anterior, demonstra a necessidade de novos esforços da parte dos Estado-membros. Há certos Estado-membros em que o nível da taxa de transposição é preocupante. Consequentemente, em 1999 aumentou o número de acções intentadas no Tribunal de Justiça.

Um grande número dos casos de infracção à ordem jurídica comunitária diz respeito à não conformidade com as medidas nacionais de execução das directivas ou à incorrecta aplicação destas. É o que acontece, por exemplo, no domínio da defesa do ambiente ou em matéria social.

Só a introdução de uma segunda acção com pedido de sanção pecuniária compulsória a que a Comissão Europeia por vezes recorre - nos termos do artigo 228º do Tratado CE - impede que, em certos casos, o comportamento incorrecto de certos Estado-membros perdure. Assim se confirma que o sistema das sanções instaurado pelo Tratado de Maastricht tem essencialmente um efeito dissuasivo.

Mas não só pelas razões expostas as expectativas dos cidadãos podem ser goradas. A confiança dos cidadãos é ainda defraudada quando os Estado-membros se recusam, tardam ou utilizam processos dilatórios para satisfazerem sucessivos pedidos de informação que lhes são solicitados, quer pelos cidadãos, quer pela própria Comissão Europeia.

Tais informações são absolutamente necessárias para que o cidadão compreenda as decisões que lhe dizem directamente respeito. Sem estas, não pode também a Comissão instruir os processos que tem entre mãos. Deste modo, há inúmeras petições que não podem, por esse facto, ser sujeitas a um tratamento rápido.

### IV. Política de transparência

Impõe-se que seja instaurada uma política de transparência. Transparência a nível da administração comunitária e da administração nacional.

Os comunicados de imprensa da Comissão são disso um exemplo. Os cidadãos precisam de ser informados correcta e detalhadamente dos assuntos que lhes dizem directamente respeito.

### Conclusões

A Comissão das Petições insta a Comissão dos Assuntos Jurídicos e do Mercado Interno, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar os seguintes elementos na proposta de resolução que aprovar:

- Considerando que através do direito de petição ao Parlamento Europeu o cidadão da União Europeia tem a possibilidade de

dialogar com os homens e as mulheres que elegeu e o representam, expondo-lhes os casos que considera de incorrecta aplicação do direito comunitário e pedindo-lhes que os corrijam;

- Considerando que este diálogo deve ser não só fomentado, mas ainda reforçado, por ser uma condição fundamental para que o cidadão aceite e deposite confiança nas instituições comunitárias,

1.- Relembra os esforços que empreende para que o exame das sempre cada vez mais numerosas petições que lhe são dirigidas se realize de um modo mais correcto e célere;

2.- Reitera o desejo de que, através de uma colaboração mais estreita entre a Comissão das Petições, o Conselho e a Comissão Europeia, tendo por base um novo acordo interinstitucional, seja possível intervir eficazmente, cada vez que, com razão, o peticionário se queixe do não respeito do direito comunitário;

3.- Insta a Comissão a garantir que as petições e as queixas sejam tratadas com maior rapidez, designadamente tendo em conta os prazos dados aos Estado-membros para fornecerem uma resposta;

4.- Relembra ao Conselho os pedidos anteriores do Parlamento no sentido de participar nas suas reuniões em casos de infracções graves ao direito comunitário;

5.- Exorta os Estado-membros e a Comissão Europeia para que instaurem uma verdadeira política de transparência - seguindo o exemplo profícuo dos comunicados de imprensa da Comissão Europeia e, designadamente, da divulgação pela Comissão das Petições aos meios de comunicação social de eventuais atrasos, obstruções ou recusas na prestação de informações sobre petições por parte das autoridades competentes dos Estado-membros -, de modo a obter-se a aceitação e a confiança dos cidadãos da União Europeia nas instituições comunitárias;

6.- Reitera o pedido de que nos próximos relatórios anuais sobre o controlo da aplicação do direito comunitário, a Comissão Europeia consagre uma secção às petições transmitidas pela Comissão das Petições à Comissão Europeia;

7.- Reitera o pedido feito à Comissão Europeia para que procure soluções políticas e, nomeadamente, considere a possibilidade de formular propostas de revisão das normas comunitárias que são objecto mais frequentemente de casos de violação do direito comunitário por mais do que um Estado-membro.

\* Aprovado por unanimidade.



ACTUALIDADE

Jorge Coelho

## A CENSURAZINHA



**O** Bloco de Esquerda realizou a sua II Convenção Nacional. Uma única ideia saiu desta reunião: a apresentação de uma moção de censura ao Governo do PS. À falta de novidades, foram buscar uma iniciativa que colhe os holofotes da Comunicação Social por forma a tirarem os efeitos mediáticos que tanto criticam noutros.

Mas, o que pretende na realidade o BE com esta moção? Um partido, que tem dois deputados, qual o motivo porque avança com uma moção de censura?

Diz o BE que quer, como objectivo final, rediscutir a Casa da Esquerda.

Interessante. Atacam violentamente o PS e o PCP, os dois grandes partidos de esquerda, de seguida, apresentam uma moção de censura ao Governo do PS, apelando à fractura no seu Grupo Parlamentar e, depois, afirmam que querem abrir as portas à esquerda... É muita a amabilidade do BE!

Mais, se a moção de censura tivesse êxito, uma das possibilidades era o derrube do Governo do PS e a sua substituição por um Governo de direita.

Foi para isto que milhares de pessoas votaram no BE? Para estar estrategicamente e objectivamente ao serviço da direita?

Seria de um surrealismo total que, em Portugal, um pequeno partido, com dois deputados e, ao que se pode hoje constatar, com elevada arrogância política, pudesse levar a sua auto-satisfação a esse ponto.

É preciso ser mais humilde nos nossos



objectivos e nos nossos propósitos. Discutamos todos, com objectividade, o que nos separa e o que nos pode aproximar. Mas com uma postura correcta e com uma metodologia transparente e objectiva.

Da parte do Governo e do PS, o importante é interpretar os sinais genuínos da sociedade e não os «fait-divers das casinhas de esquerda».

O importante é estar à altura dos desafios e das esperanças dos portugueses. O importante é continuar com a determinação que o Governo já mostrou com a aprovação e implementação das Leis da Reforma Fiscal, da Reforma da Segurança Social, da Lei de Bases da Saúde, agora

em discussão, e do novo modelo de Organização do Estado que vai proximamente ser apresentado.

Corrigir os erros, resolver os problemas dos portugueses, essencialmente dos mais desfavorecidos, deve ser sempre o objectivo constante do PS e, se continuar a trabalhar nesse sentido, não há censura que o afecte.

Venha donde vier essa «censura». É que os portugueses têm memória. Sabem que, hoje, os profetas da desgraça, foram os mesmos que, em situações económicas semelhantes, deixaram milhares de pessoas sem emprego e centenas de empresas na falência. Sabem que a preocupação social do Governo

liderado por António Guterres não vai deixar ao abandono os mais desfavorecidos. Sabem que os radicalismos, que vão do mais duro economicismo, às «padeiras de Aljubarrota» contra o capital, não conseguem compatibilizar o desenvolvimento com uma maior justiça social.

Os portugueses sabem em quem podem confiar. É aliás curioso que, apesar de tanta «desgraça» e tanta «censura», não há uma única sondagem que tire o PS do primeiro lugar das intenções de voto.

Face a tudo isto, o PS deve apostar na estabilidade e tudo fazer para cumprir o seu mandato até ao fim.

O PS deve combater todas as iniciativas que provoquem eleições antecipadas. Quem quiser abrir crises políticas, deve ser responsabilizado por isso e pagar esse preço político.

Seja quem for.

Podem ser «quem nunca se engana», e «raramente tem dúvidas» que se quer mudar para Belém ou sabe-se lá para onde... Como também pode ser a «Casa da Esquerda» que quer abrir as portas à direita.

Seria, aliás, caricato verificar que, um partido que foi eleito para fortalecer a esquerda e que avança com uma moção de censura para abrir as portas para a «Casa da Esquerda», acaba por colocar no governo uma coligação de direita. Mais coerência não podia haver.

Aguarda-se pois o desenvolvimento deste episódio já que, até aqui, como podemos constatar, não se tratou de mais do que uma censurazinha.

GESTÃO

Rui Iglésias Costal

## COMPORTAMENTOS EMPRESARIAIS



**E** stamos a assistir, com mais frequência a comportamentos e atitudes pouco dignificantes, na gestão, que se está a implementar nas empresas. A realidade entre aquilo que se ensina na Universidade e o que é praticado na vida, muitas vezes não corresponde ao que todos gostávamos e gastávamos com o ensino. O Estado e o Privado. Efectivamente o liberalismo selvagem que vem presidindo nos actos de gestão são adúlteros para caminhos que proporcionam a corrupção e todo o sistema de laxismo, existente nas relações e conflitualidade dos problemas empresariais.

Portugal com o desenvolvimento que lhe está subjacente necessita de adjudicar obras para a realização de infra-estruturas o que naturalmente fará necessitar de quem

as execute com empenhamento ético tanto em preços como na sua realização. Porém o que se vem assistindo é a comportamentos menos éticos ao longo de todo o processo. Veja-se a quantidade de acidentes de trabalho, que nos coloca numa situação deveras humilhante por não defendermos elementares princípios de segurança. Hoje a panóplia de intervenientes é enorme o que dificulta o apurar de responsabilidades perante factos de desastre ou acidente, onde geralmente os prejudicados são trabalhadores sem recursos para defenderem os seus interesses e o das suas famílias. A grande força de trabalho está na imigração, onde se explora aquilo que nós portugueses não gostávamos de ver nos nossos imigrantes, em terras distantes. Contudo, eles aqui estão, não falando a língua nacional e por vezes atraídos por quem lhes deu trabalho, na

altura do pagamento.

Hoje as empresas funcionam com o fito do máximo lucro, prejudique-se ou não terceiros. Ao ler A obra de Edwin Black «IBM e o Holocausto», é deveras impressionante ao que uma empresa associada a um regime pode fazer contra a humanidade. A questão do lucro tem que ser reequacionada, dado que os problemas sociais e de ambiente estão a começar a preocupar de certa forma os macro decisores e também a população deste planeta. As bestiais tempestades que se têm abatido um pouco por toda a Terra são o sinal para começarmos a recuar também na bestial força do consumismo, do desperdício, para ficarmos só pelo que é necessário.

O que têm feito os governos é nada. A regulação é imperiosa para forçarmos a reífrar atitudes e comportamentos

geradores de desequilíbrios que poderão ser irreversíveis, para a nossa existência planetária. Aqui começa outra forma de ver o que é uma empresa e a sua gestão. Não se pode deixar de pensar nos custos de uma má gestão empresarial no que concerne ao objectivo, nem à forma de o executar. Tem que estar sempre presente. Se tivermos em conta o número de estropiados, acidentados, deficientes para toda a vida e a mortalidade originada, mais as intempéries ambientais, não sei qual o futuro e a herança para as futuras gerações.

Final para que servem as Instituições? Os Governos? Está na altura do debate ser sério, porquanto o tempo urge. Esta forma de gerar riqueza já chegou ao fim à muito tempo, porém continua-se, naquela, o último que feche a porta... Será que vai haver porta?

## O PRINCIPAL PROBLEMA DA SAÚDE EM PORTUGAL

**1.** Não há um principal da saúde, por isso é impossível caracterizá-lo, sobretudo dando-lhe um peso valorativo que o torne dominante no contexto do SNS em Portugal.

Por outras palavras, não há um problema da saúde.

Há um conjunto de factores interdependentes que determinam e que qualificam o Estado da Saúde em Portugal. Entendam-se por Saúde todo o Universo dos cuidados, da prestação do financiamento, passando pela utilização, (muitas vezes inadequada, quase sempre esquecida), e pela satisfação dos profissionais e utentes.

Ou seja, é hoje claro que um bom sistema da Saúde está dependente duma consciência que tem de ser cada vez mais colectiva, de que é preciso utilizar bem os recursos que temos e que nesta repetida verdade, todos têm a sua parte: quem presta os cuidados, quem os paga, quem os utiliza, quem os avalia e de quem no confronto democrático das ideias desenhada os caminhos para o impacto positivo das medidas e dos ganhos em saúde.

Aos políticos cabe o papel de, interpretando o que julga a vontade das pessoas, estabelecer um modelo e criar condições para que ele seja exequível. Por isso é possível encontrar as soluções no âmbito dos programas sufragados, sendo tanto mais fácil de implementar quanto mais consistente e sólidas forem as soluções propostas, mas também quanto maior for a base social de apoio aos governos.

**2.** Desde a criação do SNS por António Arnaut em 1976 um longo caminho foi percorrido até hoje. Contudo, por razões várias, nelas incluindo o grau de imprevisibilidade da doença, nenhum Governo conseguiu implementar um SNS capaz de responder com eficácia às necessidades de uma população cada vez mais envelhecida, mais consumista, mais necessitada de cuidados (às vezes fora do âmbito restrito dos cuidados de saúde, mas quase sempre nele reflectido) e com meios técnicos e farmacológicos cada vez mais avançados, evoluídos e caros.

**2.3** É impossível planificar os recursos humanos, técnicos e de equipamento tendo em atenção todas estas variáveis e às quais poderemos acrescentar as que dizem respeito aos negócios da saúde: indústria farmacêutica, farmácias, material e equipamento, ou ainda os interesses cooperativos, se bem que legítimos, dos médicos, enfermeiros e técnicos: tornou-se pois impossível prever factores tão simples como por exemplo: custos, números de médicos, enfermeiros e técnicos necessários a longo prazo, sua distribuição equitativa por todo o território nacional, e até, para mal dos nossos



pecados, os interesses políticos partidários de quantos, na caça aos votos utilizam a Saúde como arma de arremesso.

O PS nos seus governos, estabeleceu como prioridade nesta área, a defesa do SNS como matriz de um sistema de Saúde. Para isso, precisava de o qualificar, humanizar e modernizar, tornando-o extensível a todos os portugueses através da melhoria do acesso. Mas tudo isto são precisos meios materiais e humanos. Os primeiros com maior ou menor disponibilidade, estão ao alcance de qualquer Governo, por muito curta que seja a sua vida. Quanto aos segundos isso torna-se mais difícil porque um médico leva 12 anos a preparar e um enfermeiro ou técnico 6. Não tendo havido essa preocupação antes, temos hoje um quadro técnico, médicos e enfermeiros, no primeiro caso envelhecido e em lenta recuperação, no segundo caso manifestamente insuficiente.

Aquilo que estava ao alcance dos Governos PS fazer, está a ser feito. E quanto a médicos e enfermeiros? O Universo de médicos é actualmente 23 000 e de 31 000 enfermeiros.

**3.** o que estamos a fazer para contrariar a escassez destes técnicos:

- Aumento do número de alunos nas faculdades

- 2 novas Faculdades de Medicina

- 3 novas Escolas Tecnológicas da Saúde

- 37 Escolas de Enfermagem a funcionar com o dobro das vagas, permitindo lançar em serviço 13 000 novos enfermeiros até 2006 e qualificar mais 15 000 a 20 000. Que actualmente têm o Bacharelato e passarão a ter licenciatura.

Recorreremos se, sempre e enquanto for necessário ao recrutamento de médicos e

enfermeiros disponíveis. Actualmente já trabalharam em Portugal 452 médicos estrangeiros provenientes de Espanha e PALOP.

**4.** Quanto à listas de espera, basta manter o ritmo e o financiamento à medida do que temos feito desde 1996. Em 1995, o PSD iniciou o seu PERLE recuperando 349 cirurgias das 92 000 existentes em atraso e gastou 99 000 contos. O PS, nos sucessivos Governos até hoje, já recuperou 30 000 doentes em lista de espera (eram 92 000 em 1995, são hoje 62 000) e disponibilizou 16 milhões de contos.

Não esqueçamos no entanto que espera, nomeadamente em cirurgia, provavelmente existirá sempre, o que me parece relevante é a sua associação com o tempo clinicamente admissível para a patologia em causa de tal maneira que não ponha em risco a vida ou a perda de potencial de saúde do utente.

**5.** Melhorar o SNS será torná-lo

- Cada vez mais acessível; cada vez mais próximo do cidadão de, tal forma que sejam apenas os destinatários mas também agentes participativos; cada vez mais humanizado; com exigência de rigor no desempenho de todos os actores intervenientes; estabelecer parcerias inovadoras e responsáveis; estabelecer uma cultura positiva de avaliação de impacto; levar à prática as medidas já anunciadas, que visam melhorar a satisfação dos utentes mas também dos profissionais de que damos como exemplo o diploma que estabelece a fixação de profissionais de saúde no interior do País e em serviços de Saúde especialmente carenciados.

Toda esta abordagem terá que ser vista de

uma forma sistemática, de tal forma que introduzindo alterações num elemento sabermos que todo o Sistema se vai alterar, modificar, reestruturar e muitas vezes este «abandar» do sistema é tão pouco visível que podemos ser tentados a dizer que não se faz nada!

No entanto a mudança está instalada.

**6.** Em 1995 (último ano do Governo PSD) o orçamento da Saúde era de 582 milhões de contos. Hoje o orçamento da Saúde é de 1280 milhões de contos. Ou seja, duplicou em seis anos. A este acréscimo de dinheiro correspondeu um acréscimo de actos de Saúde: passamos de 90 milhões em 1995 para 150 milhões em 2000.

São várias as dificuldades, certamente múltipla a sua causalidade; desde a má gestão ao desperdício, passando pela imprevisibilidade da doença, aumento da esperança de vida, aumento dos preços dos medicamentos e auxiliares de diagnóstico, melhoria do apoio aos doentes nas chamadas patologias crónicas e de risco acrescido (hoje estão comparticipadas a 100 por cento os medicamentos destinados a doenças como a Epilepsia, Doença dos Pezinhos, Insuficiência Renal, Lupus, Alzheimer, Hemofílicos) etc, não podendo esquecer as patologias emergentes como a sida e as suas terapêuticas tão necessárias quanto onerosas.

Mas resumindo, como se financia e se paga algo que não tem «preço»? Será gastando bem, o que é preciso ser gasto, com os recursos certos e num tempo adequado.

\*Deputada e coordenadora do PS na Comissão Parlamentar de Saúde



**QUE SE PASSA**

Mary Rodrigues

**Artes em Almodôvar**

A autarquia local promove, mais uma vez, a Feira de Artes e Cultura, este ano, entre os dias 2 e 9 de Junho.

**Lançamento em Coimbra**

«Da minha janela em Coimbra – crónicas com amor e algum ardor» é o título da obra de Júlio Correia que será apresentada publicamente, hoje, pelas 18 e 30, na Casa Municipal da Cultura. O lançamento está a cargo de António Arnaud.

**Competições em Fafe**

O Rali Montelongo/Cidade de Fafe, prova a contar para o Campeonato Nacional de Promoção de Ralis e Clássicos Ralis, realiza-se no próximo sábado, dia 2, nos troços de Fafe.

A partida é dada na Feira Velha, pelas 11 horas, seguindo-se o parque de assistência na Praça do Mercado. O final está previsto para as 16 e 30.

No domingo, dia 3, realiza-se o 3º Triatlo Super Sprint (11 horas) e o 3º Aquatlo – Fafe 2001 (9 e 30) na Barragem de Queimadela.

**Atelier em Faro**

«Sabores do Sul» é o tema da exposição de mobiles, criados por alunos de artes da Escola Secundária de Tomás Cabreira. A mostra será inaugurada amanhã, pelas 18 horas, na Biblioteca Municipal António Ramos Rosa, permanecendo patente ao público até ao dia 29 de Junho.

O mesmo espaço cultural promove, no dia 6, pelas 10 horas, a realização do atelier «A Leitura em Voz Alta», orientado pela actriz Cristina Paiva, no auditório da Biblioteca.

**Filme em Guimarães**

O auditório da Universidade do Minho exhibe, hoje, a partir das 21 e 45, o filme «Quills – As Penas do Desejo», de Philip Kaufman.

Ainda hoje, um pouco mais tarde (23 horas), o Ultimatum Café Jazz Café acolhe o espectáculo do agrupamento musical Keepkool.

**Flamenco em Lisboa**

O Centro Cultural de Belém recebe, hoje, a Companhia de Dança Flamenca de Portugal, num espectáculo de flamenco contemporâneo onde se aliam coreografias inéditas a instrumentos variados.

O grupo Clube PT leva à cena, amanhã e no sábado, às 21 e 30, no Auditório do Clube PT, «Alice no País das Maravilhas», uma peça baseada na obra de Lewis Carroll.

**Feira na Lousã**

A 2ª edição da feira «Louçã – Capital do Papel e do Livro» começa hoje, às 14 horas, no Pavilhão Municipal de Exposições.

**Recital em Montemor-o-Velho**

Assista, no sábado, dia 2, às 17 horas, ao recital de flauta e guitarra do grupo Duo Brevis, que decorrerá na Igreja do Convento de Nossa senhora dos Anjos.

**Literatura no Montijo**

Realiza-se amanhã, Dia Mundial da Criança, a apresentação pública do livro «Duas Estradas, Duas Vidas», da autoria de Raul Mendes.

O lançamento decorre a partir das 18 horas, na EB1 n.º 2 do Montijo (Bairro do Mouco)

**Ciclo em Paredes de Coura**

O ciclo «Ler Cinema» decorre, hoje e amanhã, no Centro Cultural, com as obras de Edward Yang, «Yi Yi» (22 horas) e Jacques Dilllon, «Ponnet» (24 horas).

**Teatro no Porto**

Os madrilenos do Centro Dramático Nacional arrancaram já, no Teatro Rivoli, Porto, com a 24ª edição do Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica (FITEI).

A um ano de completar um quarto de século, o FITEI espera, aproveitando a dinâmica do Porto 2001, conseguir uma das suas melhores edições de sempre, com 15 espectáculos distintos produzidos por 14 companhias de sete países.

Até 10 de Junho, Dia de Portugal, poderão ser vistas peças de companhias teatrais nacionais, espanholas, brasileiras, colombianas, chilenas, porto-riquenhas e

moçambicanas.

O certame desdobrar-se-á por várias salas portuenses, incluindo não só o Rivoli e o Pavilhão Acácio Lello mas também os teatros Nacional de S. João e do Campo Alegre.

Como tem sido hábito nas edições anteriores, a Praça da Liberdade será palco para um espectáculo de rua oferecido à cidade.

**Concerto na Povoação**

O Auditório Municipal será palco, amanhã, a partir das 21 e 30, de um concerto de música clássica, um evento que resultou da actuação conjunta da autarquia local e da Direcção Regional de Cultura.

**Livros em Santo Tirso**

Pela 15ª vez consecutiva, a feira do livro do concelho abre as suas portas ao público. A partir de amanhã e até ao dia 9, na Praça Conde S. Bento, 24 expositores, provenientes das editoras mais conhecidas do País, mostrarão aos visitantes o que de melhor se faz em termos literários. A inauguração do certame está prevista para as 17 horas.

No âmbito de um vasto programa lúdico-cultural, o grupo de teatro Cogumelo Mágico traz à Feira, no dia 3, às 17 horas, «Certo Dia na Floresta», uma encenação de teatro de fantoches.

É ainda esperada a actuação do duo Polifonia (amanhã, 21 e 30) e do agrupamento musical Face B (sábado, 21 e 30).

Destaque-se que, durante a semana, a feira abre às 16 e 30, aos fins-de-semana às 15 horas, encerrando sempre pelas 23 horas.

**Exposição em Sintra**

O Sintra Museu de Arte Moderna tem patente ao público, até Junho, uma exposição intitulada «O Surrealismo na Coleção Berardo».

**SUGESTÃO**

**Abaixo da Cintura**

Um trio a combater as adversidades ou, antes, três idiotas a concorrerem entre si para determinar qual deles o mais competente. Assim se define a história de «Abaixo da Cintura», uma peça escrita há cinco anos, assinada pelo dramaturgo norte-americano Richard Dresser, que estreou no âmbito do Festival Humana dos EUA tendo depois percurrido o Mundo.

A peça investiga, através do humor, a concorrência feroz nas grandes empresas.

Alheios à civilização, os personagens ganham dimensões gigantescas no conforto diligente e sádico das suas vidas profissionais.

«Abaixo da Cintura» fala-nos de três encarregados de uma fábrica isolada, da luta sem tréguas pelos seus pequenos poderes, mas também e sobretudo da necessidade de um momento libertador de verdadeira solidariedade humana.

Este espectáculo, que conta com as actuações de José Neves, Rogério Vieira e Virgílio Castelo, vem provar que o drama, assente na palavra e na interpretação, continua a poder ter, actualmente, um impacto enorme.

Para ver, a partir de hoje e até o dia 12 de Junho, na Sala de Ensaio do Centro Cultural de Belém, sempre às 21 e 30.

**POEMA DA SEMANA**

*Seleção de Carlos Carranca*

**Balada a um retardatário amor**

Por tua culpa, amor  
Já não sei esboçar um sorriso...

No ar que respiro  
no cântico eterno do mar  
na luz que me banha os olhos  
no mais esperançado verde das algas,  
só a ti espero...

Espero-te nos raios da aurora  
a despontar majestosa e serena.  
Espero-te a trinar da passarada,  
no balido manso das ovelhas.  
Espero-te mesmo até  
nas bandeiras de milho acenando  
promessas ao vento.

Não tardes mais, amor...  
Não tardes  
para que em mim seja festa  
e encontre beleza nos dias.

**Angola**  
**Jofre Rocha**  
In «Tempo de ciclo», 1973

**Teatro Bolshoi**  
**ROMEO E JULIETA**

Música **Prokofiev**  
Coreografia **Yuri Grigorovich**

1 Jun: 21h30  
2 e 3 Jun: 16h30 e 21h30

**Coliseu dos Recreios**



## A EUROPA NA ENCRUZILHADA

**A** Cimeira de Nice e o Tratado de que dela resultou foram um paliativo e um pretexto.

Um paliativo para sossegar a Europa actual contra o risco de ruptura institucional no quadro de uma Europa alargada.

Um pretexto para que uma parte da actual Europa, e nomeadamente a Alemanha, se preparem para alargar a União a Leste, sem grande rigor, e sobretudo, não assegurando que o princípio da coesão social se mantenha como pilar fundamental no Futuro.

Esta minha (céptica) opinião foi agora claramente comprovada na reunião recente da COSAC (Conferência das Comissões de Assuntos Europeus) que se realizou em Estocolmo.

Tive oportunidade de defender nessa reunião que o princípio do alargamento é um princípio incontornável do ponto de vista da justiça histórica. E por isso Portugal o tem apoiado.

O alargamento da União, contudo, só é justificável se o princípio da solidariedade (para com os países candidatos, mas também para com as regiões menos desenvolvidas dos actuais membros) for o princípio dominante.

O alargamento para o leste da Europa não pode ser entendido (aparentemente como o encaram os alemães) como um mero processo de absorção de novos

mercados, novas fileiras produtivas, e um número significativo de «cérebros» que não encontram nos seus países ambiente suficiente à sua própria realização.

Com a vantagem, acrescida, de impedirem a livre circulação dos trabalhadores, não pondo em risco a política securitária dos seus próprios nacionais.

Por isso o alargamento deve ser bem pensado ou seja, deve avançar devagar, exactamente porque temos pressa.

Não é aceitável, por exemplo, nem sequer defende os interesses dos países candidatos, avançar para o alargamento sem que estejam convenientemente estudados (e fechados) todos os 30 capítulos de negociação que foram definidos para cada país.

Como de igual modo não é favorável a ninguém, aceitar o princípio da renacionalização das políticas regionais que mais não é do que a forma sofisticada de abandonar o princípio estruturante da coesão social.

O Estado português não pode, relativamente a estas questões, manter qualquer espécie de ambiguidade, assumindo com clareza (quaisquer que sejam as consequências) a inaceitabilidade da eliminação ou diminuição do esforço de desenvolvimento regional. Financiar o alargamento, sem pôr em causa, o modelo comunitário actual,

acaba por ser o problema essencial.

O actual limite de 1,27% do PIB para o orçamento comunitário, fixado em Berlim, pode ou não ser suficiente. Essa aliás não é a questão. A questão é política e de escolha e tem a ver com a Europa que podemos e queremos construir.

O Governo, o Parlamento, mas também a opinião pública, são decisivos e não dispensáveis, neste debate que é verdadeiramente uma questão nacional e, como tal, susceptível de gerar um amplo consenso.

Neste quadro, a recente proposta do Governo para a revisão da Política Agrícola Comum (que aliás está fixada para 2004, com avaliação intercalar em 2002) foi muito importante e pode traduzir uma orientação inequívoca e o desejo claro de não ficar de fora da agenda política.

De igual modo a participação da delegação parlamentar na COSAC e dos representantes do Estado (Governo e Parlamento) no Fórum de Coesão, orientou-se no mesmo sentido. Sem divisões estereis ou aproveitamentos partidários inúteis.

É capaz de ainda haver tempo e energia para salvar o que é indispensável.

Mas o tempo, como quase tudo, também se esgota... mesmo, e sobretudo, na Europa da Solidariedade da Paz e do Desenvolvimento.

«Não sei se há grupos económicos que fogem ao fisco. O que sei é que há uma parte considerável do rendimento nacional que não é tributada»

**Manuel dos Santos**

*Diário de Notícias, 29 de Maio*

«O IRC é suportado em mais de 80 por cento por quatro ou cinco grupos públicos ou de controlo público, entre eles a Caixa Geral de Depósitos, PT, Cimpor, EDP, etc. Por isso é tão imprescindível fazer a reforma fiscal-  
**Idem, ibidem**

«Hoje, que o debate político gira em torno de temas como comunidade, responsabilidade e internacionalismo, os conservadores dividem-se entre o abandono social e o abraço à economia de mercado»

**Tony Blair**

*Clarín, 27 de Maio*

«A nível local, onde deveria ser mais rica, a democracia participativa é quase inexistente, depois do isolamento e tendencial desaparecimento das organizações de moradores, apesar de continuarem previstas na própria Constituição»

**Vital Moreira**

*Público, 29 de Maio*

«As limitações da democracia representativa têm feito renovar o interesse em outras formas de motivação política dos cidadãos e do seu envolvimento em negócios públicos»

**Idem, ibidem**



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:  
Partido Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_


Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director

**António José Seguro**

Director-adjunto

**José Manuel Viegas**

Redacção

**J.C. Castelo Branco**

**Mary Rodrigues**

Colaboração

**Rui Perdigão**

Secretariado

**Sandra Anjos**

Paginação electrónica

**Francisco Sandoval**

Edição electrónica

**Joaquim Soares**

**José Raimundo**

**Francisco Sandoval**

Redacção

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

**Administração e Expedição**

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA

Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

**Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e

Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista,

Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

